

11.

Estudos Sócio Económicos

A. Introdução

Aos municípios é hoje reconhecidamente atribuído um papel fundamental na promoção do desenvolvimento económico local.

As infraestruturas básicas e os equipamentos colectivos constituíram, durante longo tempo, o principal foco de atenção e de investimento municipal, dando corpo aos pressupostos tradicionais da política regional, segundo os quais, caberia ao sector público a criação de condições para o investimento económico e melhoria da qualidade de vida, direccionadas sobretudo, para o incremento e melhoria do capital social investido no ambiente construído.

A ideia de que, uma vez atingidos níveis mínimos de condições materiais (infraestruturas básicas) e de qualidade de vida, seriam ‘ per si ’ suficientes para despoletar um processo de desenvolvimento sustentado, revelou-se no mínimo, questionável, pois como refere Raul Gonçalves Lopes, 1989, citando Baptista, M. et al, 1988, “ (...) **uma vez atingido um mínimo de condições materiais, o desenvolvimento económico passa a ser sobretudo uma questão de iniciativa e de acesso a um conjunto de ‘ infraestruturas imateriais ’ (formação profissional, informação investigação, tecnologia, etc.), cuja construção passa pela capacidade de organização e pela criação de instituições de animação económica bem inseridas na sociedade em que devem actuar (...)**”.

A perspectiva de que, a meta e vocação principais dos municípios são predominantemente ‘ **sociais** ’, devendo centrar o seu interesse essencialmente na ‘ qualidade de vida ’, na ‘ protecção civil ’, na ‘ habitação ’, na ‘ saúde ’, no ‘ ensino jovem e recorrente ’, nas ‘ acessibilidades ’, nos ‘ transportes ’, enfim... nas pessoas, em contraponto ao ‘ **económico** ’, que mereceria melhor resposta das medidas da responsabilidade da Administração Regional / Central, tem subalternizado o papel das Autarquias na vertente (estudos) económica ao nível local.

Se **ao nível da Administração Central** se exige que esta garanta a existência de condições externas ao accionamento de medidas de mobilização e animação local, nomeadamente através do estabelecimento de enquadramentos legislativos, institucionais e financeiros apropriados, **ao nível local (municipal)** exige-se papel não menos importante como catalisador e mediador de pequenos projectos indutores do desenvolvimento, envolvendo sobretudo, agentes locais do sector privado (indústria, serviços de apoio à actividade económica, banca, etc.), do sector associativo e do sector público (empresas municipais).

Para este papel municipal de promoção e desenvolvimento de pequenas iniciativas empresariais, orientando-as para o aproveitamento de potencialidades e recursos locais, é necessário um

conhecimento pormenorizado da dinâmica do tecido sócio - económico local. Nesta faceta de ‘ motor de arranque ’ do desenvolvimento, a capacidade de intervenção das autarquias, poderá passar a) pelo fomento de programas e esquemas de formação profissional (até em colaboração com outros municípios), utilizando a possibilidade de acesso a fundos comunitários; b) pelo apoio e dinamização de iniciativas de difusão social de inovação (principalmente de novas tecnologias); c) pela promoção pública de solo industrial; d) pela criação de base legais para organizações de pequena escala de génese associativa sedeadas na comunidade; e) pela descentralização dos serviços administrativos locais, entre outras.

O reforço do papel municipal no desenvolvimento local, encontra enquadramento legal no Decreto - Lei n.º 380 / 99 de 22 de Setembro, nomeadamente ao nível da elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT ’ s) em geral, e dos Planos Directores Municipais (PDM ’ s) em particular. Este diploma legal, que define o regime dos instrumento de gestão territorial, visa entre outros objectivos, o estabelecimento da “ (...) **expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local (...)** ” (Artigo 70.º). O objecto da elaboração dos PDM ’ s, estabelecido no Artigo 84.º deste diploma, confere ainda, aos municípios, um protagonismo relevante na estruturação de uma estratégia de desenvolvimento económico e ordenamento local, no seu âmbito territorial.

Com o intuito de se conhecer a realidade local, com o maior detalhe possível, os ‘ Estudos Económicos ’ do Concelho de Valença, focalizar-se-ão na análise do mercado de trabalho municipal, contemplando, não apenas, as características da oferta de mão-de-obra (população activa), como também, a estrutura produtiva global e sectorial, procurando-se desenvolver a sua caracterização económica e social, contribuindo assim, para a definição de um modelo de organização municipal do território.

Esta análise estruturar-se-á em duas vertentes. Procurar-se-á inicialmente, obter uma visão global da estrutura económica do concelho, identificando seguidamente, as tendências evolutivas dominantes e os sectores e actividades que têm desempenhado um papel mais preponderante no desenvolvimento económico concelhio.

Um dos óbices principais à caracterização da estrutura produtiva reside na informação estatística, visto que, em certos casos os elementos não se apresentam disponíveis e noutros (porventura na sua maior parte), a desagregação geográfica ou sectorial (maioritariamente por concelho), não permite a clarificação necessária, mas apenas algumas inferições, embora de certa credibilidade.

Longe de serem exaustivos, os indicadores não contemplam todas as unidades em análise, mas parecem traduzir no entanto, a realidade sócio-económica do concelho.

A.1. Caracterização Geral da População Activa

Começando este estudo por um levantamento da situação económica da população, através da análise da distribuição da população activa, empregada e desempregada da área territorial em causa, pode obter-se um panorama das condições de vida em que essa população alvo se encontra.

Segundo os Censos 2001, dos 14 187 indivíduos residentes no Concelho de Valença, cerca de 6116 pessoas tinham actividade económica, o que significa que a taxa de actividade na área em análise era de 43,1%, quantitativo que se posicionava 1,5 pontos percentuais acima da taxa registada no agrupamento de Concelhos da Sub - região de Minho - Lima.

Da consulta do quadro abaixo ressalta que:

- total de pessoas empregadas ascendia a cerca de 40,4% do quantitativo de residentes e a 93,6% dos indivíduos que possuíam actividade económica;
- 5,9% da população activa da sub - região Minho - Lima se encontrava, em 2001, no Concelho de Valença;
- a taxa de desemprego no Concelho (6,4%) é inferior, à média verificada na Sub - região do Minho - Lima (6,8%);

Se analisarmos o Quadro 11.2., de uma forma mais minuciosa, verifica-se que, 3364 homens se encontravam na situação de activos, contra apenas, 2752 mulheres, sendo também os homens (3138) que maioritariamente se encontravam empregados e desempregados (226).

Quadro 11.1. Distribuição da População com Actividade Económica - 2001.

Unidade Geográfica	População com Actividade Económica				Taxa de Actividade (%)	Taxa de Desemprego (%)
	Total	C/ - 25 Anos	Empregada	Desempregada		
Valença	6 116	980	5726	390	43,1	6,4
%		16,0	93,6	6,4	-	-
Minho - Lima	104 010	-	96 973	7037	41,6	6,8
%		-	93,2	6,8	-	-

Fonte: INE

É ainda de realçar da análise do quadro 11.1, o facto de 16% da população do município com actividade económica, possuir idade inferior a 25 anos, tendência esta, que reflecte uma certa dificuldade de obtenção do 1.º emprego e conseqüentemente de meios de subsistência que permitam a constituição de família. Esta é uma situação que provoca em variados casos e locais, a deslocação das populações para outros centros geradores de emprego e riqueza, havendo uma certa incapacidade de fixação das populações.

Posicionamento da População face ao Trabalho

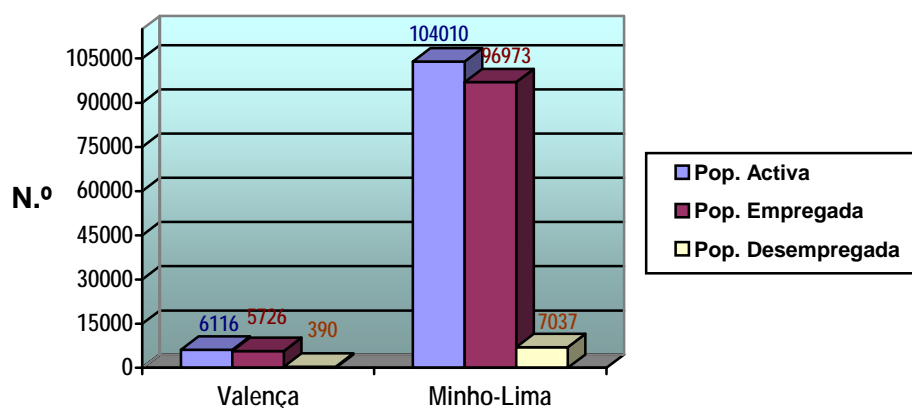


Gráfico 11.1. Posicionamento da População face ao Trabalho.

Assim, justifica-se que a taxa de actividade seja de 43,1%, repartida por 52,1% para os homens e apenas, 36,1% para as mulheres, no Concelho de Valença, como se pode constatar do Quadro 11.2.

Contudo, se no ano de 1991 eram as mulheres que mais se encontram na situação de desemprego (com 7,9% contra 4,8% dos homens) em 2001 esta situação inverte-se, sendo actualmente os homens a registarem uma taxa de desemprego Maios do que as mulheres (3,7% de taxa de desemprego masculino contra 2,7% de feminino).

Quadro 11.2. Posicionamento da população face ao trabalho e sua distribuição segundo a taxa de actividade e desemprego, por sexos - 2001.

	Valença			Minho - Lima		
	HM	H	M	HM	H	M
População Activa	6116	3364	2752	104010	58479	45531
População Empregada	5726	3138	2588	96973	55631	41342
População Desempregada	390	226	164	7037	2848	4189
Taxa de Actividade (%)	43,1	51,2	36,1	41,6	50,1	34,1
Taxa de Desemprego (%)	6,4	3,7	2,7	6,8	2,8	4,0

Fonte: INE

Do total de residentes no Concelho de Valença, sem actividade económica, o grupo da população 'reformada' era o que detinha um maior 'peso', ascendendo a cerca de 54,2%, valor este, sensivelmente superior ao verificado em todo o agrupamento de concelhos do Minho - Lima, que atingia naquela data, os 52,8%.

O quantitativo percentual do grupo dos 'estudantes', nesta classe, rondava os 13,4% (807 indivíduos), enquanto o das 'domésticas' não ultrapassava os 18,9%. A fracção sobranete da

população sem actividade económica no concelho subdividia-se entre os ‘incapacitados para o trabalho’ (6,2%) e ‘outros casos’ (7,3%), num total de 816 pessoas.

Quadro 11.3. População Residente, segundo a condição perante a Actividade Económica.

Unidade Geográfica	População Com Actividade Económica			População Sem Actividade Económica					
	Total	Empregada	Desempregada	Total	Estudante	Doméstica	Reformada	Incapacitados	Outros
Valença	6 116	5 726	390	6 034	807	1 143	3 268	373	443
Minho - Lima	104 010	96 973	7 032	108 558	16 703	21 862	57 317	5 514	7 162

Fonte: INE

Desagregando os valores da população desempregada na área - plano (390 pessoas), pensa-se ser da maior importância esclarecer que 84 indivíduos desta classe correspondendo a 21,5%, andava à procura do 1.º emprego, donde se pode inferir, que pertenciam provavelmente aos escalões etários mais jovens. As restantes 306 pessoas procuravam nesta data, um novo emprego.

Quadro 11.4. Evolução da População Empregada por Sectores de Actividade no Concelho (1981 a 2001).

Anos	Total	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
		Total	%	Total	%	Total	%
1981	5 555	2 215	39,9	1 730	31,1	1 610	29,0
1991	5 562	1 049	18,9	1 710	30,7	2 803	50,4
2001	5 726	436	7,6	1955	34,1	3335	58,3
Var. 81/91 (%)	0,1	- 1166	- 52,6	- 20	- 1,2	1193	74,1
Var. 91/01 (%)	2,9	-613	-58,4	245	11,1	532	19

Fonte - INE

População Activa no Concelho - 2001

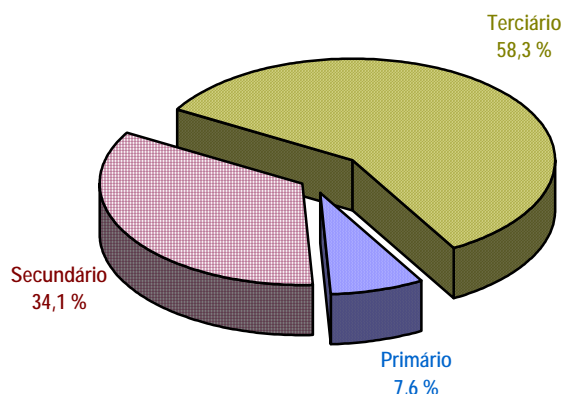


Gráfico 11.2. População Activa no Concelho, 2001.

A análise da evolução da população activa do Concelho de Valença (Quadro 11.4), permite aferir que o Concelho desenvolveu a sua estrutura sócio - económica, tendo por base o tradicional desenvolvimento do sector primário, seguindo os modelos tipificados de crescimento económico em termos sectoriais.

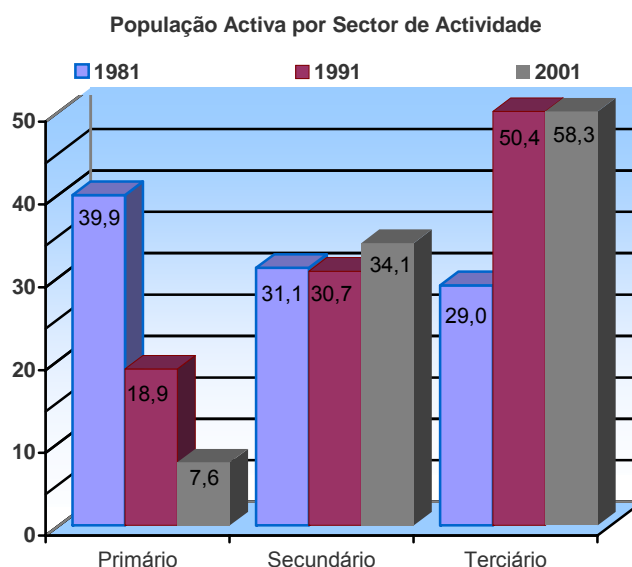
De facto, se em 1981 constituía o sector dominante (cerca de 40%), seguido do secundário, situação que, em 1991, se inverteria passando os sectores Terciário (50,4%) e Secundário (30,7%) a serem os responsáveis pelos maiores quantitativos de população residente activa a exercer profissão, que, em 2001, se manteve (Terciário com 58,3% e Secundário com 34,1%).

A evolução recente da distribuição da população activa por sectores de actividade, revela no período 1981 a 2001, manifestações e tendências, cujo contexto não se diferencia significativamente, em relação a áreas geográficas com as quais Valença se relaciona e integra. Observa-se assim que, o Primário constitui o sector da actividade económica que, entre 1981 e 2001, maior 'peso' perdeu (32,3) no conjunto dos restantes sectores da actividade económica, tendência esta, em que foi acompanhado pelos 'ritmos' verificados no agrupamento de Concelhos da Sub - região de Minho - Lima e da Região Norte, diminuindo a sua expressão e importância relativa no conjunto das actividades económicas.

Quadro 11.5. Evolução da População Activa a exercer profissão por Sector de Actividade (1981 a 2001).

Área Geográfica	Sector Primário			Sector Secundário			Sector Terciário		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Valença	39,9	18,9	7,6	31,1	30,7	34,1	29,0	50,4	58,3
Minho - Lima	-	28,7	9,5	-	33,0	40,7	-	38,3	49,8
Região Norte	20,4	10,6	4,8	47,0	49,4	45,8	32,6	40,0	49,5

Fonte: INE

**Gráfico 11.3.** Evolução da População Activa por Sector de Actividade.

Em termos relativos, verifica-se um acréscimo de cerca de 101%, em relação a 1981, de activos afectos ao sector Terciário, evidenciando desde já, uma evolução significativa deste sector no Concelho, perseguindo a tendência de terciarização que se verifica na Sub - região do Minho - Lima e superiorizando-se inclusivamente, à registada na Região Norte.

Já no que se refere ao sector secundário, assiste-se no período 1981 / 2001, a um ligeiro acréscimo do seu 'peso' em relação ao conjunto da estrutura produtiva local (empregando, em 2001, cerca de 3335 trabalhadores), correspondendo a uma variação positiva de 9,6%.

A população activa com profissão, no Concelho de Valença registou, no período de 1991 / 01, um acréscimo de 5562 para 5726 (164 trabalhadores), correspondendo a praticamente uma estabilização do emprego total (2,9%). O sector Terciário foi responsável pelo maior salto quantitativo ao crescer neste mesmo intervalo, 532 efectivos. Este cenário evolutivo, no contexto de uma conjuntura de contenção do valor global de população activa, só se consegue enquadrar num

cenário em que, o ' Primário ' tendo sofrido um crescimento negativo, de precisamente 613 efectivos e o aumento da população activa.

Pese embora, Valença não ter conseguido acompanhar a dinâmica verificada na Região Norte ao nível da capacidade de criação de emprego, conseguiu no entanto, estabilizar o volume de emprego na década de 80.

O sector primário absorvia em 2001, o montante respeitante a 7,6% do total da população empregada no município, valor este, equivalente a 7,1% do total da população activa. Estes valores não contemplam porém, a população assalariada, que de forma complementar, pratica a actividade agrícola em regime de pluriactividade (agricultura de subsistência), estando antes agregados a uma outra actividade principal, ora no Secundário, ora ainda, no Terciário.

Quadro 11.6. População Empregada por Sector de Actividade, por Freguesia.

Unidade Geográfica	População Empregada		Primário		Secundário		Terciário	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Arão	352	100,0	12	3,4	122	34,7	218	61,9
Boivão	79	100,0	36	45,6	27	34,2	16	20,3
Cerdal	639	100,0	56	8,8	280	43,8	303	47,4
Cristelo - Côvo	343	100,0	10	2,9	98	28,6	235	68,5
Fontoura	307	100,0	78	25,4	116	37,8	113	36,8
Friestas	173	100,0	-	-	60	34,7	113	65,3
Gandra	520	100,0	24	4,6	194	37,3	302	58,1
Ganfei	528	100,0	27	5,1	179	33,9	322	61,0
Gondomil	98	100,0	16	16,3	40	40,8	42	42,9
Sanfins	88	100,0	34	38,4	29	33,0	25	28,4
S. Julião	166	100,0	59	35,5	67	40,4	40	24,1
S. Pedro da Torre	469	100,0	30	6,4	179	38,2	260	55,4
Silva	105	100,0	14	13,3	52	49,5	39	37,1
Taião	59	100,0	9	15,3	26	44,1	24	40,7
Valença	1545	100,0	27	1,7	377	24,4	1141	73,9
Verdoejo	255	100,0	4	1,6	109	42,7	142	55,7
Concelho	5 726	100,0	436	7,6	1955	34,1	3335	58,3

Fonte: INE

A sucessiva diminuição do peso do sector primário, aparenta possuir como principais causas, a acentuada divisão da propriedade (estrutura minifundiária, com superfícies médias de exploração de 2,7 ha), que reduz a possibilidade de uma agricultura empresarial e produtiva (extensiva e mecanizada), praticando-se quase exclusivamente uma agricultura de subsistência (predominantemente assente em explorações familiares), e conseqüentemente o facto, de se procurar nas actividades industriais ou terciárias, o rendimento principal.

Relativamente à análise dos sectores de actividade económica, pelas diferentes freguesias (Quadro 11.6) e sob o ponto de vista do contributo da ‘ mão-de-obra ’ de cada freguesia para o total de activos em cada sector, denota-se que o ‘ **primário** ’, ‘ empregava ’, em 2001, fundamentalmente activos de Fontoura, S. Julião, Cerdal, Boivão e Sanfins, e por ordem decrescente de importância.

Para o total de activos no sector **secundário**, contribui significativamente a mão-de-obra de Valença, Cerdal, Gandra, S. Pedro da Torre e Ganfei, Arão, Fontoura e Verdoejo, que no seu conjunto representam $\frac{3}{4}$ da população empregada neste sector.

Evidenciando um comportamento similar à evolução ocorrida no sector secundário, também o ‘ **terciário** ’, encontra nas freguesias de Valença, Ganfei, Cerdal, Gandra, S. Pedro da Torre, Cristelo-Côvo e Arão, as responsáveis pela tendência de terciarização verificada na década intercensitária 1991 / 01, na medida em que representavam cerca de 83% do total de activos empregados no sector.

Analisando-se agora, o peso relativo de cada sector de actividade nas diferentes freguesias do Concelho, verifica-se que o sector primário é responsável pelo emprego mais significativo em Boivão (45,6%), Sanfins (38,6%), S. Julião (35,5%), e S. Julião (35,5%), por ordem decrescente de importância. Estas freguesias, onde o ‘ primário ’ constituía o principal sector gerador de emprego, correspondem à zona mais interior e periférica do concelho e portanto, de índole mais rural, onde as dinâmicas têm vindo a ser negativas e vêm conduzindo a um fenómeno de desertificação dos aglomerados.

Relativamente ao sector secundário, evidenciam-se as freguesias de Silva (49,5%), Taião (44,1%), S. Julião (40,4%) e Fontoura (37,8%), como aquelas onde este sector é fundamental para o emprego da maior parte de activos. Pese embora, não constitua o principal sector de emprego nas freguesias de Verdoejo, Cerdal, Gondomil, S. Pedro da Torre e Gandra, o ‘ **secundário** ’ apresenta no entanto, valores significativos, na sua maioria, inclusivamente superiores à média concelhia.

Por fim, salientam-se a sede de Concelho (73,9%), Cristelo - Côvo (68,5%), Friestas (65,3%), Arão (61,9%), Ganfei (61,0%) e Verdoejo (55,7%) como as freguesias onde o sector terciário é o mais expressivo e maioritário na geração de emprego, apresentando valores de emprego iguais ou superiores à média concelhia registada para este sector de actividade.

Quanto à distribuição da população economicamente activa (total de empregados e desempregados) pelas freguesias do Concelho, constata-se (Quadro 11.7.), que aproximadamente 65% se concentrava na sede concelhia, Cerdal, Ganfei, Gandra e S. Pedro da Torre, áreas administrativas estas, que se caracterizavam igualmente, por serem aquelas que detinham, a maior percentagem de activos com idade inferior a 25 anos e registavam maiores índices de desemprego.

Incidindo a análise sobre a situação da população activa residente desempregada (Quadro 11.7.), pode-se afirmar que a grande maioria de activos desempregados, se encontrava à procura de novo emprego (78,5%).

Quadro 11.7. Distribuição e situação da população residente economicamente activa, por freguesia.

Unidade Geográfica	População Com Actividade Económica					
	Total	< 25 Anos	Empregada	Desempregada		Total
				Procura 1.º Emprego	Procura Novo Emprego	
Arão	363	52	352	-	11	11
Boivão	80	13	79	1	-	1
Cerdal	689	166	639	10	40	50
Cristelo - Côvo	360	44	343	1	16	17
Fontoura	323	55	307	1	15	16
Friestas	189	20	173	5	11	16
Gandra	541	96	520	7	14	21
Ganfei	569	95	528	8	33	41
Gondomil	110	20	98	7	5	12
Sanfins	89	13	88	-	1	1
S. Julião	175	30	166	1	8	9
S. Pedro da Torre	493	54	469	5	19	24
Silva	111	23	105	2	4	6
Taião	61	14	59	1	1	2
Valença	1687	239	1545	33	109	142
Verdoejo	276	46	255	2	19	21
Concelho	6116	980	5 726	84	306	390

Fonte: INE

As freguesias de Valença (com 142 desempregados), Cerdal (50), Ganfei (41), S. Pedro da Torre (24), Verdoejo e Gandra (21), eram as que registavam os maiores índices de desemprego, constituindo em todas estas áreas geográficas, a situação de ‘ procura de novo emprego ’, mais de metade dos casos de carência laboral.

A análise das taxas de actividade e desemprego por sexo (Quadro 11.8) demonstra que o sexo masculino detém o maior contributo para a ‘ actividade produtiva ’, em todas as freguesias do concelho (51,2%), assistindo-se em contrapartida, a maiores taxas de desemprego nas mulheres (3,4%). De facto, apenas nas freguesias de Friestas, Cerdal, S. Julião Arão e Sanfins se registavam índices de desemprego masculino superiores ao das mulheres.

Quadro 11.8. Taxas de Actividade e de Desemprego, por Freguesia e por Sexo - 2001.

Unidade Geográfica	Taxa de Actividade			Taxa de Desemprego		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Arão	44,3	51,9	37,9	3,0	1,7	1,4
Boivão	32,4	43,2	22,5	1,3	0	1,3
Cerdal	39,5	49,8	30,4	7,3	3,9	3,3
Cristelo - Côvo	42,5	50,5	35,8	4,7	2,2	2,5
Fontoura	43,8	52,4	35,9	5,0	1,9	3,1
Friestas	34,6	42,5	28,1	8,5	4,8	3,7
Gandra	43,5	54	34,3	3,9	1,1	2,8
Ganfei	43,4	53,6	34,6	7,2	3	4,2
Gondomil	32	44	23,6	10,9	2,7	8,2
Sanfins	57,8	60,8	55	1,1	1,1	0
S. Julião	42,7	44	41,6	5,1	3,4	1,7
S. Pedro da Torre	40	47,2	33,8	4,9	2,2	2,6
Silva	39,5	46,3	33,3	5,4	2,7	2,7
Taião	40,1	47	34,9	3,3	0	3,3
Valença	48,4	54,6	43,2	8,4	4	4,4
Verdoejo	43,5	52,7	35,2	7,6	3,3	4,3
CONCELHO	43,5	51,2	36,1	6,4	2,9	3,4

Fonte: INE

No Concelho de Valença, em 1981, os activos do sexo feminino, associavam-se inequivocamente ao Sector Primário (cerca de 1302 mulheres face aos 913 indivíduos do sexo masculino), enquanto o ' Secundário ' não suscitava ao sexo feminino grande atracção de emprego. Pese embora, empregasse um maior número de activos masculinos (974), o Sector Terciário, era também aquele, que oferecia maiores oportunidades de emprego às mulheres (cerca de 636 activos do sexo feminino).

Quadro 11.9. Evolução da População activa, por sexos e sectores de actividade económica, no concelho de Valença.

Sector de Actividade	1981		1991		2001		Feminização	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Varição 81/91	Varição 91/01
Primário	913	1302	569	480	224	212	-822	-268
%	41.2	58.8	54.2	45.8	51,4	48,6	-63,1	-55,8
Secundário	1315	415	1274	436	1220	735	21	299
%	76.0	24.0	74.5	25.5	62,4	37,6	5,1	68,6
Terciário	974	636	1496	1307	1741	1594	671	287
%	60.5	39.5	53.4	46.6	52,2	47,8	105,5	21,9

Fonte: INE

Em 1991 e 2001, a população activa passa a ser maioritariamente masculina em todos os sectores da actividade económica. Nestas datas, torna-se desde logo, importante assinalar, o decréscimo de 63,1% (variação de 81/91) e de 55,8% (variação de 91/01) de mão-de-obra feminina no ' Primário ', aparentando constituir a principal causa da diminuição do número total de activos neste sector de actividade. Muito embora, se tenha registado um incremento pouco relativo (5,1% entre 1991 e 2001, traduzido num aumento de 415 para 436 empregos femininos) em 2001 a massa laboral feminina no ' Sector Secundário ', começa a ser significativa, sendo o seu peso relativo na totalidade de activos empregados no sector de 37,6%. Entre 1981-1991 o ' Terciário ' constituiu o sector que, em termos absolutos, evidenciou o maior acréscimo (671, equivalente a um crescimento de 105,5%) de postos de emprego femininos, representando 46,6% do total de activos empregados neste sector de actividade. Já entre 1991 e 2001 isso não aconteceu, sendo o ' Secundário ' o sector com maior capacidade atractiva.

Esta tendência evolutiva não podia deixar de se reflectir no peso da população activa feminina sobre o total da população (Taxa de Actividade), onde é de registar um acréscimo de 5,5 pontos percentuais na taxa de actividade feminina em relação à última década intercensitária.

Analisando a distribuição da população empregada por tipo de profissão no Concelho, através da variação ocorrida entre 1981, 1991 e 2001, surgem como relevantes os seguintes resultados:

- Do total da população empregada no Concelho de Valença, em 2001, salientam-se os trabalhadores da ' produção industrial e artesãos ' (1227 indivíduos), bem como, o pessoal dos ' serviços de protecção e segurança, dos serviços domésticos e trabalhadores similares ' (1174 efectivos) e os trabalhadores ' não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços ' (923, pese embora tenha assistido a um decréscimo face a 1991).
- Não pode deixar de assinalar-se o acréscimo registado (1692,3%) pelos ' membros de corpos legislativos, quadros dirigentes da função pública e quadros dirigentes de empresas ', que se traduziu, em 2001, em mais 457 postos de trabalho do que em 1981 e em mais 147 postos de trabalho do que em 1991.
- As profissões que menos se destacam são as ' Forças Armadas ' (23 efectivos), as profissões ' intelectuais e científicas ' (216 efectivos), e as profissões ' técnicas intermédias ' (330 indivíduos correspondentes a 5,8%). O pessoal desta última categoria profissional equipara-se aos trabalhadores da ' agricultura e pescas ', dos ' empregados administrativos ' (7,7%) e dos ' operadores de instalações industriais e máquinas fixas e de transporte, condutores e montadores.
- Uma acentuada quebra dos activos residentes inseridos na categoria dos ' Trabalhadores da Agricultura e Pescas ', traduzida numa variação negativa, como seria de esperar, situada em cerca de (-82,1%);

- A importância que as profissões associadas no sector terciário começam a ganhar no contexto do emprego, nomeadamente no âmbito da categoria do ‘Pessoal dos Serviços de Protecção e Segurança, dos Serviços Domésticos e Trabalhadores Similares’ (119,9%).

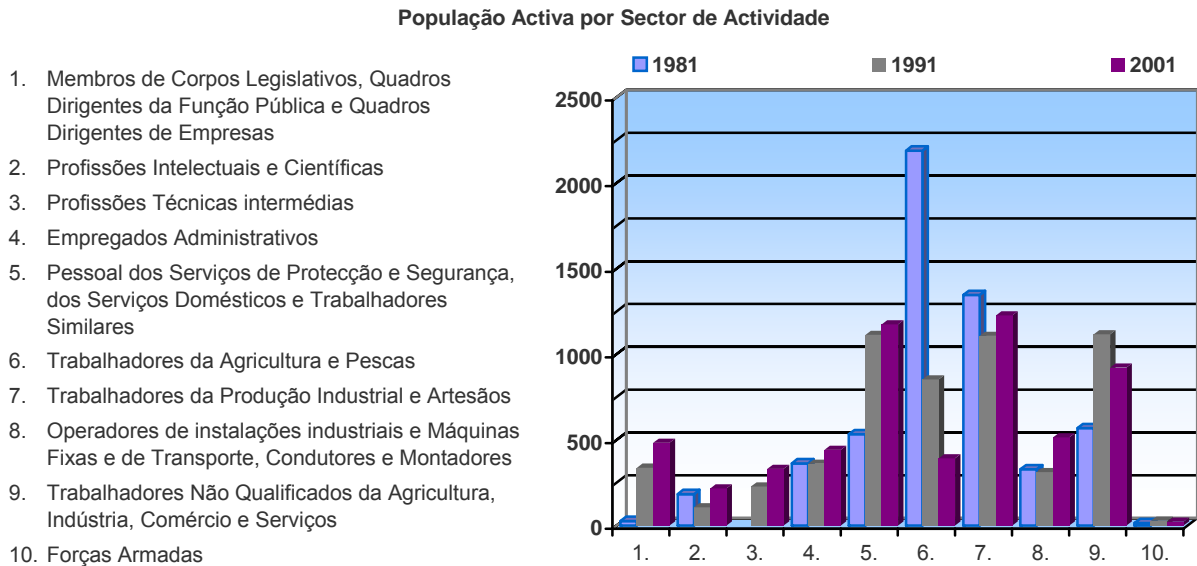


Gráfico 11.4. Distribuição da População Empregada por Tipo de Profissão (1981, 1991, 2001).

Em comparação com o Minho - Lima, eram os ‘Trabalhadores da Produção Industrial e Artesãos’ que mais se destacavam nesta Sub - região em 2001, com cerca de 26 559 indivíduos, a que se seguiam o ‘Pessoal dos Serviços de Protecção e Segurança, dos Serviços Domésticos e Trabalhadores Similares’ (13 121 operários), a exemplo da tendência verificada no Concelho.

Similarmente, as profissões que contavam em 2001, com um menor número de efectivos eram as ‘Forças Armadas’ (525 indivíduos na sub - região e apenas 23 em Valença).

Torna-se importante relativizar estes dados, utilizando para tal, um ‘Índice de especialização’ do Concelho de Valença, tendo em conta a distribuição da população empregada pelos vários grupos profissionais. Este procedimento permite avaliar, o peso do emprego numa dada profissão, na unidade territorial em análise, com o verificado a nível da Sub - região ou Região em que se insere.

IE_{ij} = Índice de especialização da região j na profissão i

$$IE_{ij} = \frac{\frac{\text{população empregada na profissão } i \text{ no concelho } j}{\text{população empregada no concelho } j}}{\frac{\text{população empregada na profissão } i \text{ na sub região } j}{\text{população empregada na sub região } j}}$$

Assim, se calcularmos o índice de especialização, obteremos os valores constantes do Quadro 11.10.

Pelo apresentado no quadro seguinte (11.10), ressalta de imediato que o índice de especialização no concelho recai sobre o ‘ Pessoal dos Serviços de Protecção e Segurança, dos Serviços Domésticos e Trabalhadores Similares ’, com 1,82%, seguido dos ‘ Empregados Administrativos ’, com um índice de 1,51%. Os ‘ Membros de Corpos Legislativos, Quadros Dirigentes da Função Pública e Quadros Dirigentes de Empresas ’ e os ‘ Trabalhadores Não Qualificados da Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços ’ adquirem também alguma expressividade com cerca de 1,29% e 1,21% respectivamente.

A menor propensão incide sobre as ‘ Profissões Intelectuais e Científicas ’, com um índice de 0,58%.

A título conclusivo, pode-se afirmar que existem cinco grupos profissionais no concelho que apresentam um valor superior a 1 para este indicador, o que é um facto revelador de alguma especialização em Valença relativamente à Sub - região do Minho - Lima, nessas profissões.

Quadro 11.10. Índice de Especialização no Concelho, 2001..

Profissões (C.I.T.P / 88)	Índice de Especialização
1. Membros de Corpos Legislativos, Quadros Dirigentes da Função Pública e Quadros Dirigentes de Empresas	1.29
2. Profissões Intelectuais e Científicas	0.58
3. Profissões Técnicas intermédias	0.83
4. Empregados Administrativos	1.51
5. Pessoal dos Serviços de Protecção e Segurança, dos Serviços Domésticos e Trabalhadores Similares	1.82
6. Trabalhadores da Agricultura e Pescas	0.76
7. Trabalhadores da Produção Industrial e Artesãos	0.78
8. Operadores de instalações industriais e Máquinas Fixas e de Transporte, Condutores e Montadores	1.03
9. Trabalhadores Não Qualificados da Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços	1.21
10. Forças Armadas	0.74

Fonte: INE.

Quadro 11.11. Evolução da População Residente Empregada, segundo a situação na profissão no Concelho.

Situação na Profissão	1981		1991		2001		Variação 81/91	Variação 91/01
	Total	%	Total	%	Total	%	%	%
Empregador	351	6.3	659	11.8	709	12.4	87.7	7.6
Trabalhador por conta própria	1 683	30.3	1 086	19.5	596	10.4	- 35.5	-45.1
Trabalhador familiar não remunerado	443	8.0	179	3.2	45	0.79	- 59.6	-74.9
Trabalhador por conta de outrem	3 038	54.7	3 558	64.0	4290	74.9	17.1	20.6
Membro activo cooperativo	13	0.2	6	0.1	25	0.44	- 53.8	316.7
Outra situação	27	0.5	74	1.3	61	1.1	174.1	-17.6
Total	5 555	100.0	5 562	100.0	5726	100.0	0.1	2.6

Fonte: INE

Quanto à situação na profissão, a categoria dos ‘ Trabalhadores por Conta de Outrem ’ assume-se como a principal categoria de activos, atingindo em 2001, 74.9% do total, registando uma variação de 1991 para 2001 de + 20,6 pontos percentuais.

A seguir posiciona-se a categoria do ‘ Empregador ’, com 12,4% do total de activos residentes pese embora os valores apresentados sejam bastante distantes da categoria ‘Trabalhadores por Conta de Outrem ’.

É ainda, da maior importância, realçar que o maior acréscimo 1991/2001, teve o seu maior valor ao nível da ‘ Membro Activo Cooperativo ’ na profissão, com 316.7%, bem como, o facto da classe profissional dos ‘ trabalhador familiar não remunerado ’ ter decaído cerca de 75% (correspondente a 134 efectivos a menos), o que parece estar também fortemente relacionado com a acentuada quebra de activos do sector primário, neste decénio intercensitário.

B. Análise das Actividades Económicas

B.1. Sector Primário

O sector primário, como já foi referido anteriormente, tem vindo a sofrer uma redução substancial do seu peso na economia do Concelho (-59,8%), passando de uma situação de um certo peso (18,9%, equivalentes a 1049 activos agrícolas, em 1991), para uma representação minoritária (7,6%, correspondentes a apenas 436 trabalhadores agrícolas). Se for também, considerada, a forma incorrecta como tem sido contabilizada a mão-de-obra feminina (que por razões económico - culturais, é frequentemente excluída do grupo de ' activos ' e remetida para o grupo das ' domésticas '), poder-se-á argumentar que a variação dos activos masculinos é aquela que melhor evidenciará as tendências evolutivas recentes. Tal procedimento virá consolidar o pressuposto acabado de avançar, face à constatação de que o número de activos agrícolas (masculinos) se reduziu de quinhentos e sessenta e nove, para duzentos e vinte dois, em 2001: uma regressão de 60,6%.

A análise do Quadro 11.12 aponta, em 2001, para activos em número 377, que encontravam no ramo de ' Agricultura, Produção animal, Silvicultura e Caça ' a sua actividade principal, equivalendo quase integralmente à população concelhia empregada no sector primário. O quantitativo de trabalhadores da secção relativa à ' Pesca, Explorações de viveiros piscícolas e Actividades afins ', era residual (2,1%). Dever-se-á também, sublinhar, que é a actividade da ' Agricultura em geral, Criação de Animais e Culturas agrícolas associadas à criação de animais ', que concentra mais activos (cerca de 11,2%). Particularmente ilustrativa do decréscimo do peso da agricultura e produção animal, é a análise comparada entre os dados de 1991 e os referentes a 2001, que evidencia no decénio 1991 / 2001 uma diminuição de mais de metade dos activos ligados a essa actividade (-63,9%).

Por dificuldades inerentes aos conceitos e desagregações das diferentes classificações das actividades económicas (CAE - REV 1 de 1979, e CAE - REV 2 de 1993), não foi possível proceder-se a uma análise evolutiva integral de todas as actividades ' inscritas ' no sector primário.

Dentro deste cenário poder-se-á aventar / inferir que, paralelamente à diminuição da população activa no ramo da agricultura (e pecuária) poderá ter ocorrido uma correspondente redução no número de explorações e conseqüente reestruturação fundiária, favorecendo o aumento das explorações de média / grande dimensão. É o que se averiguará no sub - ponto seguinte, onde se analisará mais pormenorizadamente a realidade de Valença relativamente ao seu sector agrícola, através do estudo de um conjunto de indicadores básicos, que procurarão demonstrar sucintamente, a importância da

exploração agrícola na complementaridade das actividades, ditas principais, das famílias residentes no concelho.

Quadro 11.12. Evolução da População activa empregada por ramos de actividade no sector Primário, no concelho (1981/91/2001).

Ramos de Actividade	1981	%	1991	%	2001	%	81/91	91/01
Agricultura, Produção Animal, Silvicultura e Caça:	2204	99,91	1044	99,52	377	97,9	-52,63	-63,9
Agricultura em geral, Criação de Animais e Culturas agrícolas associadas à criação de animais	2202	99,91	1036	99,23	43	11,2	-52,95	-95,6
Actividade dos serviços relacionados com a agricultura e criação de animais, excepto veterinária	-	-	1	0,96	-	-	-	-
Caça, Repovoamento Cinegético e Actividades dos serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	-
Silvicultura, exploração florestal e actividades dos serviços associados	2	0,09	7	0,67	2	0,5	250	-71,4
Pesca, Explorações de Viveiros Piscícolas e Actividades dos Serviços relacionados com a Pesca	2	0,09	5	0,48	8	2,1	150	60
Total	2206	100	1049	100	385	100	-52,45	-63,3

Fonte: INE

B.1.1. A Agricultura

O sector agrícola, continua a deter uma posição relevante como actividade económica, entre os activos residentes do concelho e a representar uma componente importante na formação do rendimento de um elevado número de famílias.

Para a caracterização deste indicador sectorial, nas suas principais vertentes, recorreu-se essencialmente aos censos disponíveis: Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1989, Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999 e aos Censos 2001 da População.

Dados estatísticos do INE (RGA de 1999), informavam que, em Valença, a utilização dos solos das explorações se repartia entre a **ocupação agrícola**, com cerca de 2088 hectares (cerca de 17,8% da área total do território concelhio), e a **ocupação florestal**, correspondendo a cerca de 10,4% da área total do concelho (correspondendo a 34,9% da superfície total das explorações).

Uma análise à evolução das estruturas agrícolas permite definir um quadro de transformações, que vai de encontro à ideia atrás perspectivada, sobre a redução do número de explorações agrícolas. Na verdade, e segundo o RGA de 1989, das 1349 explorações contabilizadas, passou-se para 779 explorações agrícolas em finais dos anos 90 (RGA de 1999). Paralelamente constata-se também, que durante a última década se registou um decréscimo de cerca de (-28,0%) da ' Área de Exploração ' Total (equivalente à variação de 4846 ha, em 1989 para 3490 ha, em 1999) e,

sublinhe-se, da própria população agrícola familiar (-48,0%, correspondente a uma diminuição de 2306 activos agrícolas).

Quadro 11.13. Evolução da População e do Número e Área das Explorações - Concelho (1989 - 1999).

	Anos	N.º Explorações	Área Explorações (ha)	População Agrícola Familiar
Concelho de Valença	1989	1349	4846	4806
	1999	779	3490	2500
	Varição 1989 / 1999	- 42,3 %	- 28,0 %	- 48,0 %

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1989 e Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999.

Número de Explorações agrícolas

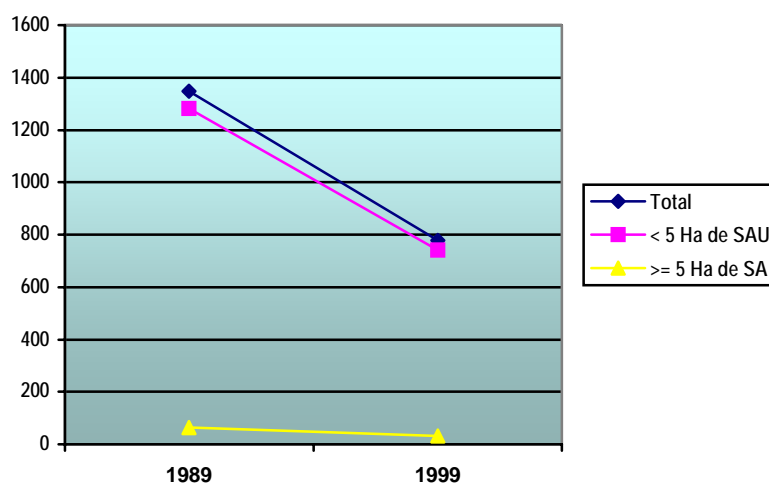


Gráfico 11.5. Número de Explorações Agrícolas.

Deste modo, uma primeira **análise das estruturas agrárias**, sugere que a actividade agrícola na economia concelhia, continua a deter uma relativa importância, pese embora, os cenários de variação negativa dos indicadores em presença.

Esta perspectiva é reforçada, quando se verifica, por comparação entre os dados do RGA de 1999 com os Censos 2001, com a devida ponderação (pois comparam-se valores referentes a anos distintos) que, 17,6% dos residentes no Concelho de Valença possuem ou trabalham numa exploração agrícola (valores contudo, inferiores à média registada na sub - região de Minho - Lima - 23,1%).

Finalmente, não deixa de ser pertinente acrescentar que, de acordo com o RGA de 1999 (População e Mão-de-obra Agrícola Familiar - **UTA - Unidade de Trabalho Anual**), 69,6% dos membros das

famílias agrícolas (cônjuges e outros) desenvolvem alguma actividade na respectiva exploração, o que poderá conduzir à conclusão, de um generalizado (ainda que eventualmente esporádico) envolvimento nas tarefas agrícolas. Para melhor compreensão destas considerações, a mesma fonte de informação estatística, transmite que 761 produtores agrícolas em idade activa, ([15 - 64] anos, portanto) se encontram em condições de se manterem ocupados, a tempo inteiro (mínimo 8 horas diárias) com trabalhos agrícolas, durante um ano agrícola (240 dias ou mais), em condições normais. Da população familiar total com tempo de actividade na exploração, 24,6% (615) dos ' conjugues ' encontrava-se também, atarefado na agricultura, enquanto que apenas 45,0% (1124) ' outros membros ' da família desenvolviam actividades agrícolas nestas condições.

A **estrutura agrária** traduz o condicionalismo sócio - económico em que a actividade agrícola se desenvolve, daí que se torne fundamental a análise de algumas características das explorações.

A informação disponível do RGA de 1999, relativa ao parcelamento e dimensão das explorações do concelho, indicia uma natureza marcadamente minifundiária da actividade agrícola (com predominância das explorações de pequena e muito pequena dimensão ([0 - 5] ha), e onde o significativo parcelamento da propriedade continua a ser uma característica principal da estrutura fundiária local.

Com efeito, o número de Blocos com ' Superfície Agrícola Utilizada ' (SAU), em que se encontram fragmentadas as propriedades / explorações do Concelho, em 1999, é significativo (5386), o que corresponde a uma média de 6,91 Blocos com SAU / Exploração, significando que cada Bloco com SAU tem uma superfície média de 0,65 ha. É no entanto de ressaltar, que este índice sofreu uma variação de 0,20 (positiva) na dimensão média de Blocos com SAU por exploração, em relação aos dados do RGA de 1989, o que traduz que naquela data, os Blocos com SAU / Exploração era de 8,01, cifrando-se a área média dos blocos em 0,45 ha.

Muito embora, se tenha registado, no último decénio intercensitário (1989 - 1999), um redução do valor médio do Bloco / Exploração, a propriedade agrícola (que já e de pequena dimensão), apresenta-se ainda, consideravelmente dividida.

Algumas das razões, que se pensa, estarão na origem da intensa fragmentação, poderão prender-se com o fenómeno das divisões e partilhas por herança.

A divisão de propriedade assume-se como um constrangimento ao desenvolvimento da actividade agrícola, pois inviabiliza a introdução de uma agricultura extensiva e mecanizada, obstando à rentabilidade de certas culturas, onerando consequentemente, os custos de trabalho e aluguer de máquinas. Surge deste modo, mais como actividade complementar e vocacionada para a auto - suficiência. As sucessivas tentativas de emparcelamento nunca tiveram os resultados desejados, essencialmente (Programa Operacional de Emparcelamento Integral – Perímetro Valença / Ganfei (300 ha) e perímetro S. Pedro da Torre / Arão (700 ha), pela fraca adesão da população ao

sistema, muito por tradição e pelo facto dos proprietários e produtores estarem ‘ agarrados ’ à porção de terra familiar, que tem passado de geração em geração.

Em Valença, as ‘ terras aráveis ’ continuam a ser predominantes na **utilização da SAU**, pese embora tenham sofrido um decréscimo de 1923 ha em 1989, para 1037 ha em 1999. Também as ‘ culturas permanentes ’ e as ‘ pastagens permanentes ’ viram no último decénio as suas áreas diminuídas de 295 ha para 235 ha e de 853 ha para 815 ha, respectivamente. No Minho - Lima, cerca de 63% (cerca de 43 028 ha) da SAU continua a ser constituída por ‘ pastagens permanentes ’, seguindo-se as ‘ terras aráveis ’ com 28,3% (19 301 ha).

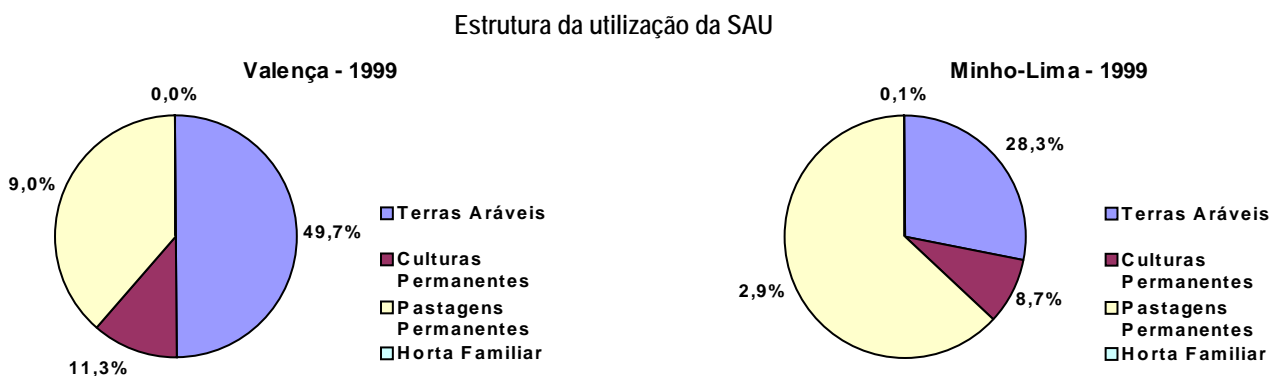


Gráfico 11.6. Estrutura da Utilização da SAU.

Segundo os principais indicadores do RGA 1999, a percentagem de superfície agrícola útil é de 68,5% com um **grau de aproveitamento** (SAU cultivada / SAU) da ordem dos 95,6% e com um grau de irrigação de 54,6% (área irrigável em % de SAU), valor substancialmente superior ao registado na Sub - região do Minho - Lima (37,6%). O concelho encontra-se portanto, bem provido em termos hídricos, factor que pode contribuir para um bom nível de intensificação de culturas.

Regra geral, este conhecimento da estrutura agrária existente permitirá estruturar a opções a adoptar, em termos regulamentares, designadamente quanto às construções a admitir em terrenos cuja urbanização seja possível programar e à dimensão das parcelas resultantes dos terrenos aptos para cultura. Porém, ter-se-á que considerar o papel das explorações agrícolas na elaboração e implementação de uma estratégia urbanística e de desenvolvimento rural, para a área do concelho.

Um outro indicador importante é a ‘ **pressão sobre a terra** ’ (Quadro 11.14). Do seu cálculo, que é efectuado através da razão entre superfície agro-florestal e as unidades de trabalho agrícola anual (U.T.A.), pode-se constatar que, em 1999, o grau de intensificação da mão-de-obra no concelho de Valença, era de 2,65 ha / U.T.A. Assinalando-se desde logo, um acréscimo de 9,0% (correspondente a 0,22 pontos) no último decénio intercensitário, na quantidade de trabalho que um activo

desempenha normalmente num ano agrícola, não se pode contudo, deixar de frisar que, mesmo assim, este valor se posiciona substancialmente abaixo da média registada na Sub - região (4,09).

No mesmo período de análise, observa-se um crescimento da média de trabalho agrícola anual por exploração (de 1,48 em 1989 para 1,69 em 1999), o que se poderá relacionar com a diminuição do número de explorações e respectiva área, registada nesse mesmo intervalo intercensitário.

Quadro 11.14. Variação da pressão sobre a terra (1989 - 1999).

Unidade Geográfica	Anos	Variação da Pressão Sobre a Terra			
		U.T.A. por Exploração	ha SAU por U.T.A.	ha Superfície Agro-florestal por U.T.A.	U.T.A. Familiar por U.T.A. Total
Valença	1989	1,48	1,56	2,43	92,25
	1999	1,69	1,58	2,65	92,11
Minho - Lima	1989	-	-	-	-
	1999	1,62	2,52	4,09	93,82

Fonte: INE (Vários), RGA de 1989 e RGA de 1999.

A percentagem de U.T.A. Familiar em relação à U.T.A. Total produzida no concelho, praticamente estabilizou nestes últimos dez anos (apenas registou uma oscilação de 0,14%). Estes valores seguem a tendência verificada na Sub - região a que pertence, onde em 1999, a percentagem de U.T.A. Familiar por U.T.A. Total (Mão-de-obra Familiar e Mão-de-obra Não Familiar) era de 93,82%.

Pelo que atrás foi referido, importa pois, averiguar mais profundamente, as **formas de exploração da terra**, isto é, a relação existente entre os proprietários das superfícies de exploração e o responsável económico e jurídico da mesma (o produtor), que tem delas a fruição, dirigindo-as ele mesmo (se for simultaneamente o gestor da exploração), ou confinando-a parcial ou totalmente a um outro dirigente, no sentido de se procurar compreender melhor o tipo e evolução das estruturas agrícolas. Assim, no que diz respeito às **formas de exploração da SAU**, encontrámos no concelho, cerca de 74% de explorações por ' Conta própria ', 21,3% de ' Outras Formas ' de exploração (terras que são cedidas gratuitamente para cultivar e as superfícies que os produtores exploram mediante licença - contrato), e ainda, 4,2% (43 explorações) em regime de ' Arrendamento '.

Embora se verifiquem algumas diferenças na distribuição daqueles valores percentuais, conclui-se que, tanto em Valença como na Sub - região de Minho - Lima, predomina o regime de ' Conta própria ', seguindo-se todas as outras formas de exploração pela ordem considerada anteriormente.

A análise da repartição sectorial da população activa no Concelho de Valença (abordada na primeira parte destes estudos), revelou a importância dos Sectores Secundário e Terciário no emprego em Valença, situação a que não é alheia a localização específica deste concelho num espaço fronteiriço,

onde prevalecem relações comerciais intensas, por um lado, e por outro lado e localmente, a crescente dependência do terciário que assume uma posição relevante, uma vez que as alternativas de emprego não são abundantes.

Quadro 11.15. Forma de Exploração (1999).

Unidade Geográfica	Formas de Exploração da SAU							
	Conta própria		Arrendamento		Outras Formas		Total	
	N.º Explor.	SAU (ha)	N.º Explor.	SAU (ha)	N.º Explor.	SAU (ha)	N.º Explor.	SAU (ha)
Valença	753	1 822	43	74	216	192	1 012	2 088
%	74,4	87,3	4,2	3,5	21,3	9,2	100,0	100,0
Minho - Lima	16 111	63 406	2 016	2 437	2 647	2 432	20 774	68 275
%	77,6	92,9	9,7	3,6	12,7	3,6	100,0	100,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999.

Na sequência destas considerações, torna-se pertinente a análise do tempo de actividade (Quadro 11.16), que a população agrícola familiar e o produtor singular, despendem na exploração. Assim, verifica-se que em 1999:

- Cerca de 38,7% (967 indivíduos) da totalidade da população agrícola familiar (2500) dedicava menos de metade do seu tempo à actividade na exploração (<50%), constituindo 26,7% (667 pessoas), aqueles que, por sua vez, se ocupavam a tempo inteiro da exploração.
- A tempo parcial (>=50% e <100%), encontravam-se cerca de 17,2% da população agrícola familiar, equivalente a 429 indivíduos.
- Os valores correspondentes aos que não exerciam ‘ qualquer actividade na exploração ’ ascendia, nesta data, a aproximadamente 17,5 pontos percentuais.
- Dos 26,7% (667 indivíduos) da população agrícola familiar que despendia todo o seu tempo de actividade na exploração, cerca de $\frac{2}{3}$ (57% equivalente a 380 indivíduos) eram produtores singulares, correspondendo a 49,9% da totalidade dos produtores do concelho.
- Perfazem 187 (24,6% do total de produtores singulares), aqueles que desempenhavam a função a tempo parcial, correspondendo a 7,5% da população agrícola familiar de Valença.
- Um considerável número de activos femininos (261, correspondente a 60,8% do total da população em regime de trabalho a meio tempo) que se dedicava a tempo parcial (>=50% e

<100%) à exploração, bem como, um número de mulheres significativo que se dedicava, em regime de exclusividade à exploração (55,6% equivalente a 371 efectivos femininos).

- As mulheres constituem ainda, um grupo significativo da população agrícola (52,2%), evidenciando o papel fundamental que a mão-de-obra feminina assume nesta actividade (feminização agrícola), pese embora, se venha assistindo a uma certa redução da importância do Sector Primário na economia local / regional.

O conjunto das considerações enunciadas, permite já de certa forma, constatar que se está em presença de um fenómeno de pluriactividade, onde a mão-de-obra feminina assume posição fundamental no trabalho da exploração.

Quadro 11.16. População agrícola familiar, segundo o tempo na actividade, Concelho de Valença (1999).

População Agrícola Familiar	Tempo de Actividade na Exploração									
	Total		Sem Actividade na Exploração		< 50 %		>= 50 % e < 100 %		Templo Completo	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Homens	1196	47,8	193	44,2	539	55,7	168	39,2	296	44,4
Mulheres	1304	52,2	244	55,8	428	44,3	261	60,8	371	55,6
Total	2500	100,0	437	100,0	967	100,0	429	100,0	667	100,0
%	100,0		17,5		38,7		17,2		26,7	
Produtor Singular										
Homens	515	67,7	-	-	149	76,8	136	72,7	230	60,5
Mulheres	246	32,3	-	-	45	23,2	51	27,3	150	39,5
Total	761	100,0	-	-	194	100,0	187	100,0	380	100,0
%	100,0		-		25,5		24,6		49,9	

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999.

Quadro 11.17. Produtores singulares, segundo a origem do rendimento do agregado familiar (1999).

Unidade Geográfica	Origem do Rendimento do Agregado Familiar							
	Exclusivamente da Actividade da Exploração		Principalmente da Actividade da Exploração		Principalmente de origem exterior à exploração		Total de Explorações com Produtor Singular	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Valença	57	7,5	121	15,9	583	76,6	761	100,0
Minho - Lima	891	5,4	4814	29,2	10806	65,4	16511	100,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999.

Um outro aspecto a considerar, num quadro explanatório das tendências observadas, refere-se à estrutura do rendimento das ' famílias agrícolas ' (produtores).

O Quadro 11.17. diz respeito unicamente aos ‘ produtores singulares ’, uma vez que não foi possível a obtenção de dados que permitissem estabelecer tendências evolutivas referentes a todos os membros das famílias agrícolas.

A consulta da informação do RGA de 1999, permite constatar que apenas 7,5% dos produtores e seus agregados familiares vivem exclusivamente do rendimento da exploração, enquanto que 15,9% dependem sobretudo da exploração, mas auferem outros rendimentos. Significa isto, que a esmagadora maioria das famílias agrícolas dos produtores (92,5%) possuem outros rendimentos e que, cerca de três em cada quatro produtores familiares (76,6%) dependem sobretudo, desses rendimentos exteriores à exploração.

Face ao descrito, começa a desenhar-se um cenário onde um grande número de activos abandona progressivamente a actividade económica principal - e assim, não registada nos Recenseamentos da População -, enquanto a família assegura a continuidade da exploração. A mão-de-obra feminina (como já foi atrás mencionado) assume aqui um protagonismo relevante, pois contribui com mais de metade do mão-de-obra total (52,2%) e com cerca de 56% do quantitativo total daqueles que dedicam todo o seu tempo à exploração agrícola.

A importância do **fenómeno de pluriactividade** não se restringe apenas, ao âmbito agrícola, sendo conveniente avaliar qual o nível da sua contribuição na economia local. Um importante indicador do seu grau de relevância advém da presença de pluriactivos agrícolas (população familiar e produtores) noutros sectores de actividade.

Os dados estatísticos do RGA de 1999, permitem quantificar, de certa forma credível, os sectores onde são exercidas as ‘ actividades remuneradas exteriores à exploração ’, constatando-se que, em Valença, cerca de 28,6% da população familiar agrícola (715) e 54,1% dos produtores singulares (412), desenvolviam esta actividade em regime de pluriactividade.

Com efeito, cerca de 42,1% da população agrícola familiar pluriactiva, tem a sua ‘ outra actividade remunerada ’ (OAR) exterior à exploração, na indústria transformadora (Sector Secundário), sendo o Sector Terciário a principal proveniência do rendimento do agregado familiar da população pluriactiva. Paralelamente, constata-se que, dos 761 Produtores Singulares, mais de metade (54,1%) estavam em situação de pluriactividade (412), assumindo-se a ‘ ocupação ’ no Sector Terciário, como a actividade exterior à exploração responsável pela principal fonte de rendimento do agregado. Imediatamente a seguir, posiciona-se o ‘ Secundário ’, onde os produtores agrícolas individuais desempenham as actividades remuneradas exteriores à exploração e onde vão buscar a sua principal fonte de rendimento.

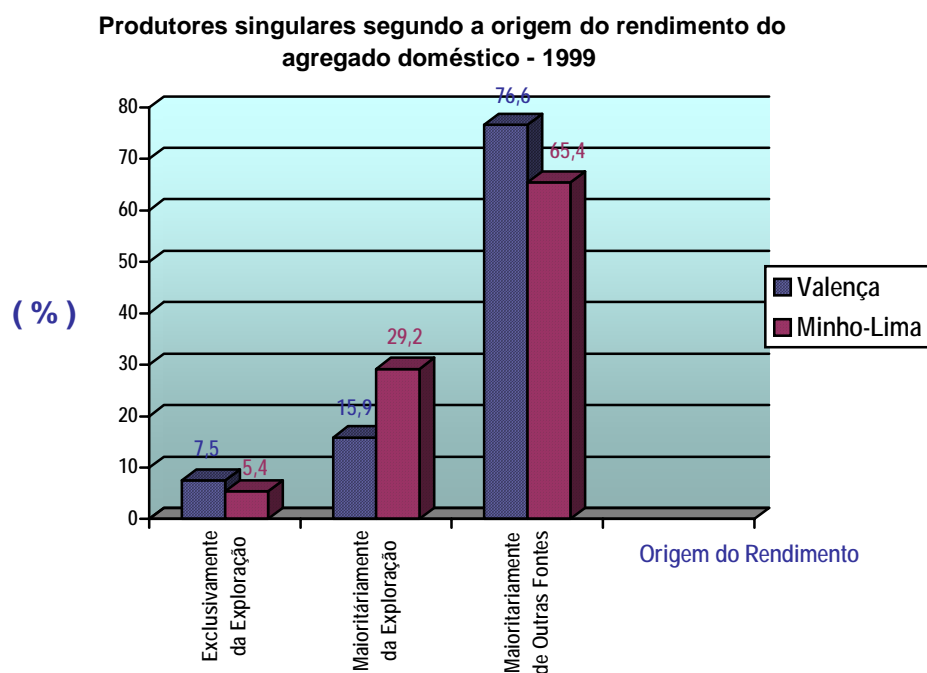


Gráfico 11.7. Produtores Singulares segundo a Origem do Rendimento do Agregado Doméstico.

Quadro 11.18. Actividade Remunerada Exterior à Exploração da População Agrícola Familiar e dos Produtores Agrícolas Individuais - Concelho (1999).

População Agrícola Familiar	População Familiar Pluriactiva		Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2500	715	28,6	42	5,9	301	42,1	372	52,0
Produtores Singulares	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
761	412	54,1	30	7,3	171	41,5	211	51,2

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999.

Não deixa ainda, de ser pertinente referir que, de acordo com o RGA de 1999, do total de produtores singulares mais de metade tem idade superior a 55 anos (dos quais, por sua vez, metade têm mais de 65 anos), o que revela estar-se presente uma população agrícola envelhecida, muito embora, esta conclusão seja apenas respeitante aos ‘ produtores singulares ’, não se podendo generalizar a todos os membros da população agrícola familiar.

Através do RGA de 1999, torna-se possível ainda, individualizar o ramo de actividade onde são desempenhadas essas ‘ outras actividades remuneradas ’ (OAR), constatando-se que em Valença, cerca de 24,1% da população agrícola e 12,5% dos produtores singulares exerciam essa OAR no ramo das ‘ Outras Indústrias Transformadoras ’, enquanto que, o ramo da ‘ Construção e Obras Públicas ’ constituía a principal fonte de rendimento exterior de aproximadamente 16,8% das famílias agrícolas e de 16,7% dos produtores individuais.

População e Produtores Agrícolas por ramos de actividade, segundo o tempo despendido na exploração

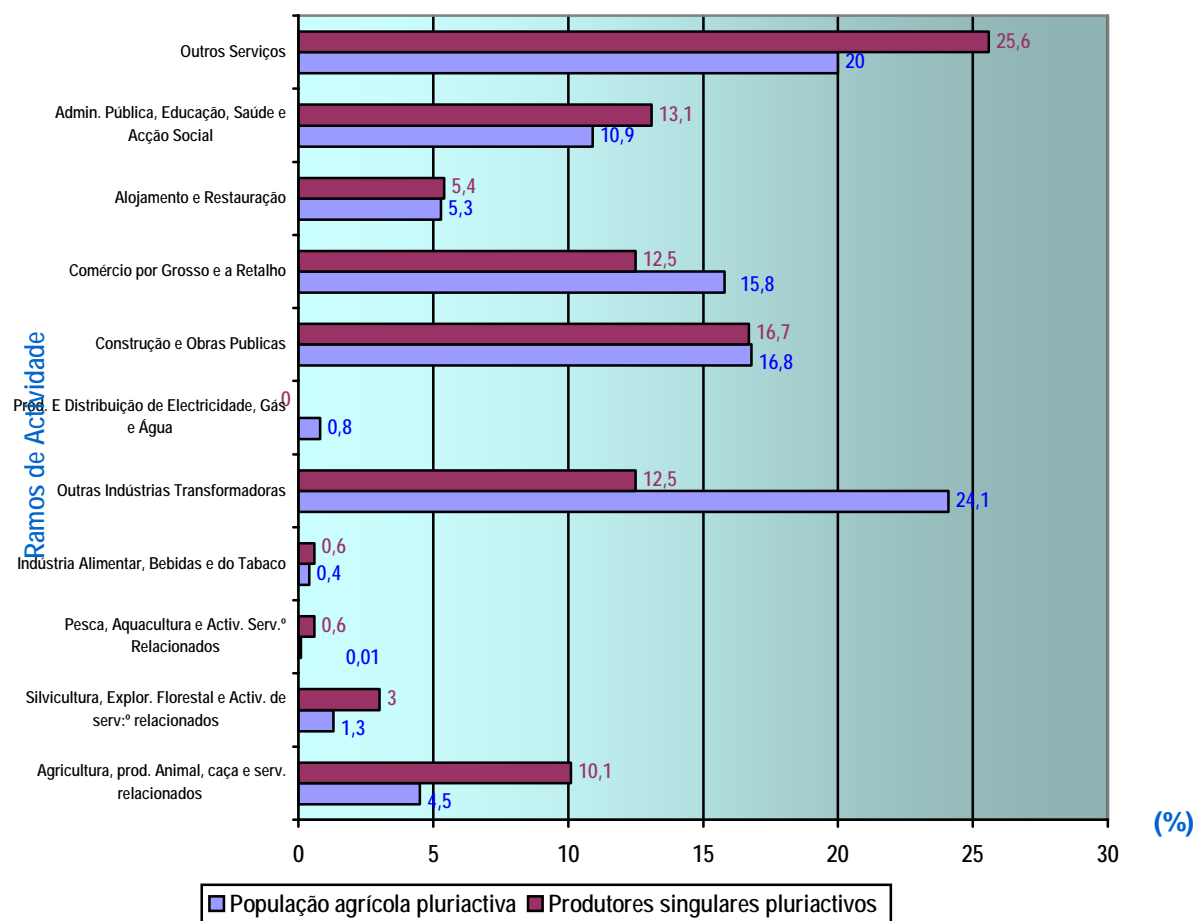


Gráfico 11.8. População e Produtores Agrícolas por Ramos de Actividade, segundo o Tempo Despendido na Exploração.

Também o 'Terciário' assume relativa importância no regime de pluriactividade das famílias e dos produtores, nomeadamente o ramo de 'Outros Serviços' (respectivamente com 20,0% e 25,6%), o ramo do 'Comércio por Grosso e a Retalho', que constitui a actividade económica de 15,8% das famílias agrícolas e de 12,5% dos produtores singulares, e ainda, o ramo da 'Administração Pública, Educação, Saúde e Acção Social' (respectivamente com 10,9% e 13,1%). Se dúvidas restavam sobre o relacionamento privilegiado entre a actividade agrícola (familiar) e a indústria e os serviços, julga-se que, de certo modo, foram dissipadas.

Em forma de conclusão e do atrás exposto, pensa-se poder afirmar-se que, a prestação de trabalho a tempo inteiro na exploração, centra-se nos respectivos cônjuges dos produtores e em outros membros da população agrícola (num total de 1739 activos agrícolas, perfazendo cerca de 69,6%), sendo o trabalho do produtor a tempo parcial. O conjunto das considerações / questões levantadas, bem como o conjunto de indicadores analisados, deixam antever que estamos perante o fenómeno

da pluriactividade e de pluri-rendimento, onde a articulação entre a agricultura e a industria / serviços, assume uma importância crucial, em parte, devido à fragmentação da terra, dominância do minifúndio, podendo constituir eventualmente um factor de entrave à agricultura, sob o ponto de vista económico.

No que se refere ao **nível de instrução da população agrícola familiar e do produtor singular** do concelho, constatava-se em 1999, que 16,8% da população agrícola era analfabeta, enquanto 11,7% dos produtores também não sabiam ler nem escrever.

Quadro 11.19. Nível de Instrução da População Agrícola Familiar e do produtor Singular, 1999.

		Total	Analfabetos	Sabe ler e escrever	1.º Ciclo EB	2.º e 3.º Ciclos EB	Secund. Agrícola	Secundário Geral	Superior Agrícola	Superior Geral
População Agrícola Familiar										
Valença	N.º	2500	419	555	802	556	2	128	1	37
	%	100	16.8	22.2	32.1	22.2	0.08	5.1	0.04	1.5
Minho - Lima	N.º	57799	9852	12422	17804	13578	165	2547	152	1279
	%	100	17.0	21.5	30.8	23.5	0.3	4.4	0.3	2.2
Produtor Singular										
Valença	N.º	761	89	206	384	62	-	12	1	7
	%	100	11.7	27.1	50.5	8.1	-	1.6	0.1	0.9
Minho - Lima	N.º	16511	2337	4923	7654	1197	12	153	38	197
	%	100	14.2	29.8	46.4	7.2	0.07	0.9	0.2	1.2

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999.

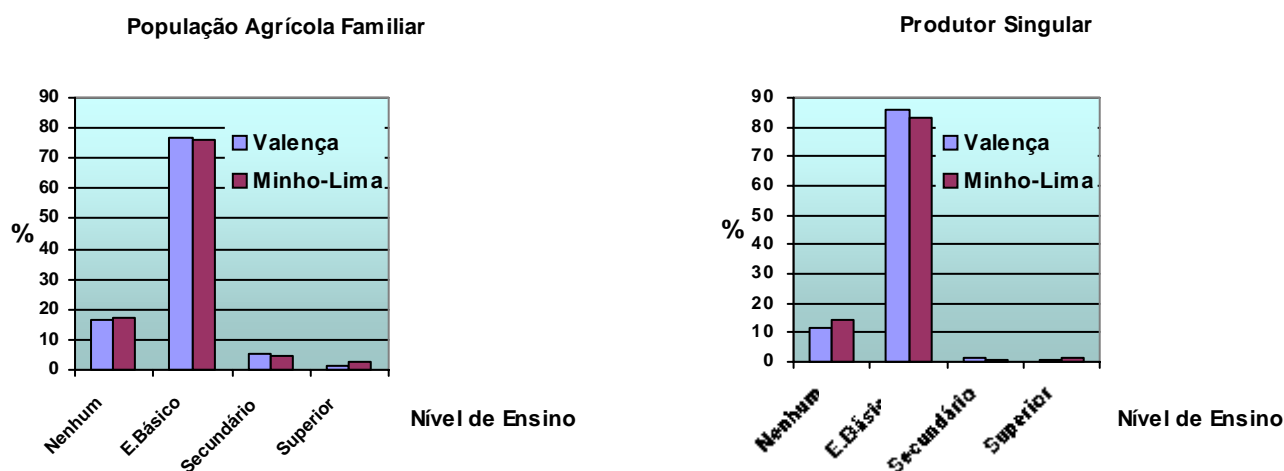


Gráfico 11.9. Nível de Instrução da População Agrícola Familiar e do Produtor Singular.

A grande maioria da população agrícola, bem como dos produtores possuía o ensino básico e / ou 'sabe ler e escrever', sem contudo nunca ter frequentado qualquer nível de ensino (76,5% e 85,7%, respectivamente). Na sub - região do Minho - Lima, a situação é semelhante, embora ao nível dos produtores singulares o grau de analfabetismo seja ligeiramente superior (14,2% em contraponto com os 11,7 registados no concelho).

Ao nível concelhio, o grau de formação técnico - profissional agrícola era baixíssimo, podendo-se considerar mesmo residual, uma vez que, com o nível 'secundário agrícola' apenas existiam 2 pessoas (0,08%), não sendo nenhuma delas produtor singular. A percentagem de indivíduos da população agrícola familiar que possuíam o 'secundário geral' (5,1%) era no entanto, superior à registada na sub - região do Minho - Lima (4,4%), tendência esta, que se verificava igualmente ao nível dos produtores agrícolas. Apenas 1,5% (correspondentes a 38 indivíduos, dos quais somente 1 tem o politécnico agrícola) da população agrícola familiar concelhia têm curso superior, valor este abaixo da média registada no Minho - Lima (2,5%). Uma situação idêntica ocorre com os produtores singulares, onde apenas 1,1% é licenciado. A falta de instrução e de experiência registada poderá constituir um dos factores que induzem decisões tomadas no desconhecimento dos parâmetros tecnológicos e de mercado.

Não obstante a importância de que se reveste a consideração da população agrícola familiar / produtor agrícola, e em particular da mão-de-obra para caracterizar as estruturas agrárias, existem todavia, outros factores que podem ser considerados e que servem como indicadores em relação ao nível tecnológico da actividade. Em função da informação disponível, foram considerados para este efeito: a) **o número de cabeças normais**; b) **o índice de mecanização**; c) **o indicador do nível de gestão**.

Quadro 11.20. Especialização Pecuária - 1999.

	N.º Explorações		N.º Cabeças		N.º Cabeças por Exploração		Cabeças / ha Agro-florestal	
	Valença	Minho - Lima	Valença	Minho - Lima	Valença	Minho - Lima	Valença	Minho - Lima
Bovinos	296	10 617	1 019	39 720	3.4	3.7	0.29	0.35
Suínos	184	4 559	1 189	10 863	6.5	2.4	0.34	0.10
Ovinos	568	6 275	4 950	56 936	8.7	9.1	1.42	0.51
Caprinos	100	1 859	853	19 093	8.5	10.3	0.24	0.17
Equídeos	59	908	104	3 361	1.8	3.7	0.03	0.03
Coelhos	303	5 349	1 178	19 471	3.9	3.6	0.34	0.18
Aves	707	15 414	108 690	682 159	153.7	44.3	31.1	6.1

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999.

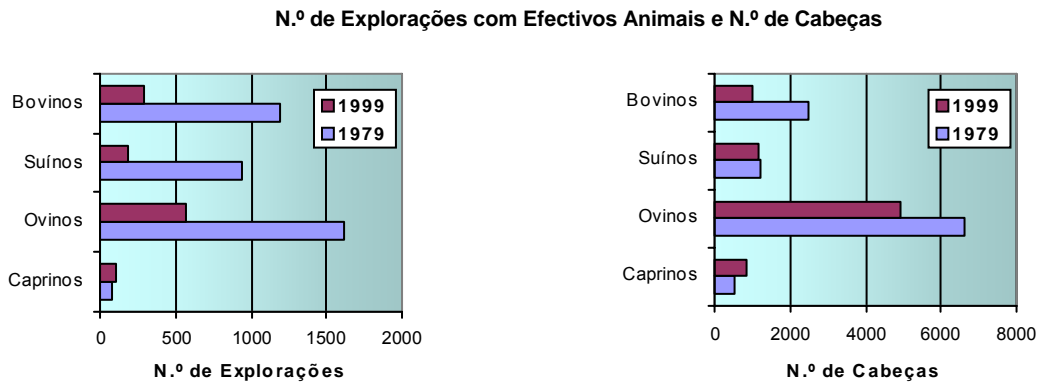


Gráfico 11.10. Número de Explorações com Efectivos Animais e Número de Cabeças (1979/1999).

O número de cabeças normais de bovinos por exploração era, em 1999, de 3,4, enquanto no Minho - Lima se registava um média de 3,7. Por sua vez, o efectivo de suínos por exploração em Valença, apresentava um índice superior (6,5) ao verificado na sub - região (2,4). Entre os efectivos animais de todas as espécies, há a realçar também, a classe dos coelhos, que regista um valores deste indicador ligeiramente superiores aos do Minho - Lima.

Quanto ao indicador ' número de cabeças por hectare agro-florestal ', apenas os efectivos de bovinos registam valores inferiores no concelho (0,29) relativamente à sub - região (0,35), uma vez que nas restantes espécies animais, os índices registados no Minho - Lima ou são iguais (caso dos Equídeos, com 0,03), ou são sempre inferiores aos verificados em Valença.

Pode-se inferir então, da existência de um número significativo de efectivos animais / exploração, contudo quantitativos substancialmente mais baixos do número de cabeças / hectare. Estes resultados parecem reflectir, por um lado, uma certa fragmentação da propriedade, e por outro lado, a especialização de alguns subsectores e pequena pecuária.

Desde 1979 até 1999, que se vem assistindo, no concelho, a um forte decréscimo do número de explorações com efectivos animais de todas as espécies, à excepção da classe dos caprinos (que revelou um incremento de 35,1%). Paralelamente, também o número de cabeças sofreu, de um modo geral, uma redução (excepção feita igualmente aos efectivos caprinos, que cresceu 57,1%), embora de menor dimensão. Contudo, o número médio de cabeças / exploração em Valença, continua a revelar nesta data, valores consideráveis para todas as espécies.

Quadro 11.21. Índice de Mecanização (Nível de Equipamento na Exploração) - 1999.

	Valença		Minho - Lima	
	Explorações	N.º Máquinas	Explorações	N.º Máquinas
Tractores	362	387	5 602	6 121
Motocultivadores	263	274	3 340	3 522
Distribuidores de adubos e correctivos	39	39	360	379
Semeadores	51	52	516	528
Gadanheiras	28	29	321	336
Enfardadeiras	10	10	192	195
Pulverizadores e polvilhadores	249	255	3 007	3 108
N.º Tractores / Total das Explorações	0,497		0,366	
Explorações que utilizam tractores (N.º)	739		15 700	

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999.

O índice de mecanização (ou nível de equipamento das explorações) calculado para o Concelho permite constatar que cerca de metade das explorações possuíam já tractor, 33,8% motocultivadores e 32,0% pulverizadores e polvilhadores. Estes valores indiciam já, um nível considerável de capitalizações das explorações agrícolas ou de um razoável nível de mecanização. Com efeito, em 1999, aproximadamente 94,9% das explorações do concelho recorriam ao trabalho de tractores, valor que se posiciona inclusivamente, acima da média registada na sub - região (93,8%), e que transmite boas indicações da melhoria das condições de trabalho e produtividade no Concelho de Valença.

Quanto ao nível da gestão das explorações agrícolas, o panorama apresenta algumas deficiências, quer ao nível do concelho como também da sub - região.

Em 1999, apenas 54 explorações do concelho faziam qualquer tipo de contabilidade, o que corresponde a somente 6,9% do total das explorações agrárias existentes. Esta situação de contabilidade agrícola era ainda mais desfavorável no Minho - Lima, cujos valores não ultrapassavam os 4,0% (equivalente a 837 explorações). Com contabilidade organizada apresentavam-se no concelho 5,0% (39 explorações), reduzindo-se a apenas 1,9% às explorações agrícolas que fazem simples registo de receitas e despesas. Ao nível da sub - região, as explorações com contabilidade organizada não ultrapassavam os 2,9%, enquanto as que fazem apenas algum registo das receitas / despesas se ficavam pelos 2,1 pontos percentuais.

O facto de 93,1% das explorações agrícolas concelhias e 95% das explorações da sub - região do Minho - Lima, não disporem de qualquer registo contabilístico, poderá indiciar uma débil orientação destas para o mercado.

Quadro 11.22. Gestão das Explorações Agrícolas (Contabilidade Agrícola) - 1999.

	Explorações com contabilidade organizada		Explorações com registo receitas / despesas		Outra situação	
	Total	%	Total	%	Total	%
Valença	39	5,0	15	1,9	725	93,1
Minho - Lima	486	2,9	351	2,1	15898	95,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999.

B.2. Sector Secundário

Conforme foi já demonstrado (na primeira parte deste relatório), a análise evolutiva da população activa no ' Secundário ' permitiu constatar um leve acréscimo no período intercensitário 1991 / 2001 (onde o número de activos sofreu um aumento de 3,4%), que o coloca assim, ainda que em menor escala, a par do ' Terciário ', como os sectores responsáveis pelo maior quantitativo de população a exercer profissão no Concelho de Valença.

Esta realidade, impõe por conseguinte, que seja efectuada uma análise mais pormenorizada, no sentido de se averiguar quais os ramos de actividade que mais contribuíram para essa tendência.

A análise do Quadro 11.23., permite identificar que, é na ' Industria Transformadora ' que se concentra a maior percentagem de população activa empregada no Sector Secundário, a qual representava em 2001, mais de metade (62,3%) do total de activos do sector secundário, constituindo por sua vez, o ramo de ' Construção Civil e Obras Públicas ' aquele que, imediatamente a seguir, atrai o maior quantitativo dos activos neste sector (cerca de 34,9%).

Quadro 11.23. População Activa Empregada por Ramos de Actividade no Sector Secundário, Concelho de Valença (1981/1991).

Ramos de Actividade	1991	%	2001	%	Variação
Industrias Extractivas	33	1,9	41	2,1	24,2
Industrias Transformadoras	861	50,4	1218	62,3	41,5
Industrias alimentares de bebidas e tabaco	83	9,6	180	14,8	116,9
Industria têxtil, vestuário, couro e calçado	381	44,3	156	12,8	-59,1
Industria da madeira e da cortiça e suas obras	107	12,4	65	5,3	-39,3
Industria pasta de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão	11	1,3	21	1,7	90,9
Industrias químicas, dos derivados petróleo, carvão, borracha e plásticos	68	7,9	45	3,7	-33,8
Industria de outros produtos minerais não metálicos	60	7,0	84	6,9	40,0
Industrias metalúrgicas de base e de prod. metálicos	99	11,5	128	10,5	29,3
Fabricação de mat. de transporte, equipamentos e máquinas	30	3,5	481	39,5	1503,3
Outras industrias transformadoras	22	2,6	58	4,8	163,6
Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	15	0,9	14	0,7	-6,7
Construção Civil e Obras Públicas	801	46,8	682	34,9	-14,9
Total	1 710	30,7	1955	34,1	14,3

Fonte: INE

Quanto aos ramos de actividade responsáveis pelo comportamento verificado no ' Secundário ', constata-se não existirem alterações significativas de 1991 para 2001. Com efeito, a ' Indústria Transformadora ' (com um acréscimo de 41,5%) continua a deter o maior número de população activa empregada e por sua vez a ' Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água ' (com menos 6,7%) e ainda, a ' Construção Civil e Obras Públicas ' (-14,9%) foram os ramos de actividade que viram as suas posições enfraquecidas, no cenário de retracção registado, pese embora, continuassem a deter ainda, em 2001, as mesmas posições.

A variação registada na ' Indústria Transformadora ', no período 1991 / 2001, revela ainda que, quatro dos seus ramos de actividade sofreram decréscimos consideráveis dos seus contingentes de activos:

- A ' *Industria têxtil, vestuário, couro e calçado* ', com uma variação negativa de cerca de -59,1%.
- A ' *Industria da madeira e da cortiça e suas obras* ', com uma variação negativa de cerca de -39,3%.
- A ' *Industria química, dos derivados de petróleo, carvão, borracha e plásticos* ', registando -3,8%.
- As ' *Outras industriais transformadoras* ', com um decréscimo de -27,3% dos seus activos.

Por sua vez a ' Fabricação de materiais de transporte, equipamentos e máquinas ' registou um aumento bastante significativo, com uma variação de 1503,3.

Também o subsector da ' *Construção e Obras Públicas* ' revelou, no período intercensitário em análise, um decréscimo de -14,9%, pese embora, continuasse a deter em 2001, um peso de 34,9% do total de activos empregados no concelho.

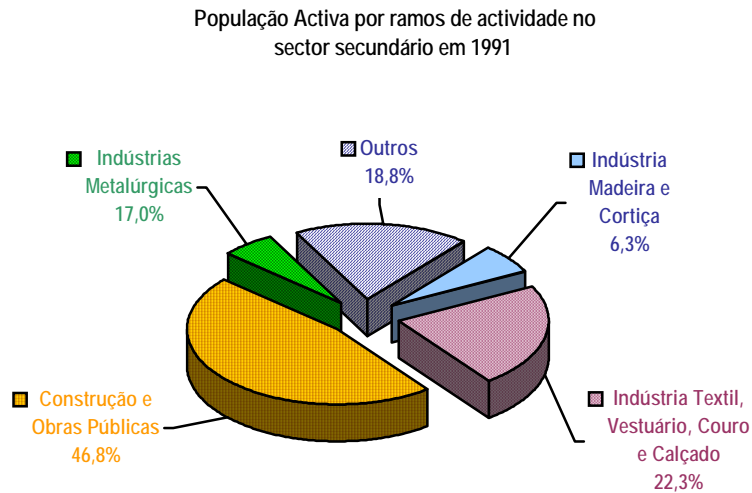


Gráfico 11.11. População Activa por Ramos de Actividade no Sector Secundário, 1991.

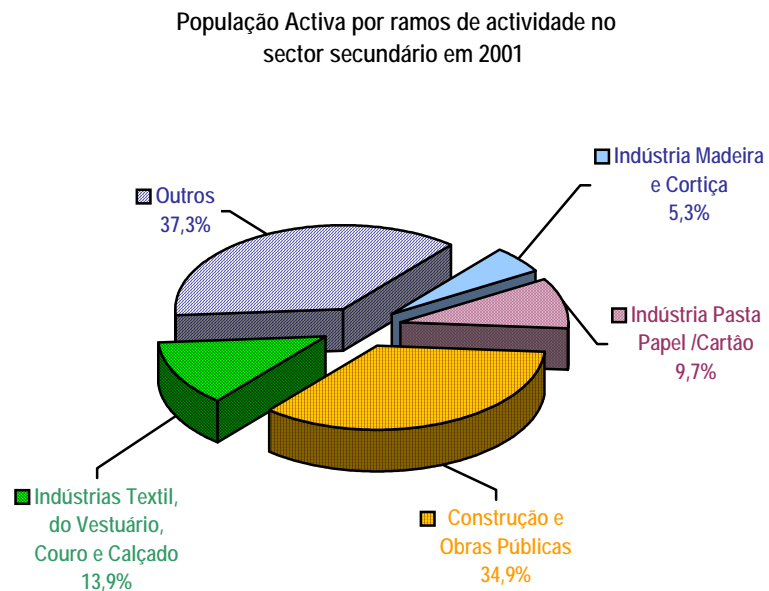


Gráfico 11.12. População Activa por Ramos de Actividade no Sector Secundário, 2001.

Os subsectores da ‘ *Indústria alimentar, das bebidas e do tabaco* ’, da ‘ *Indústria da pasta de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão* ’, da ‘ *Indústria de outros produtos minerais não metálicos* ’ e da ‘ *Indústria metalúrgicas de base e de produção metálicos* ’ (com acréscimos da ordem dos 116,9%, 90,9%, 40,0% e 29,3% respectivamente), assumiam de igual modo, posição importante na estrutura local / regional de emprego, pois contribuíam, em 2001, com cerca de 21,1% do emprego industrial gerado no concelho.

Em função deste quadro evolutivo, será admissível adiantar três grandes conclusões:

- A primeira traduz a relativa dependência do sistema produtivo (secundário) local, da ‘ Indústria Transformadora ’, e esta por sua vez, de um número reduzido de ramos de actividade, onde apenas o sector da ‘ *Indústria Transformadora da Pesca e da Aquacultura*’, do ‘ *Fabrico de Componentes e Acessórios para Veículos Automóveis e seu Motores* ’ e da ‘ *Construção e Reparação Naval*’ são responsáveis pelo emprego de cerca de 40,1%, i.e., mais de 1 em cada 4 postos de trabalho no sector.
- A segunda, diz respeito ao papel que o subsector da ‘ *Construção* ’ detinha e que poderá ainda, vir a desempenhar no futuro, atendendo não só, ao reconhecido efeito multiplicador que gera noutros subsectores complementares da actividade económica, como também na sua capacidade endógena de gerar emprego.

B.2.1. Indústria Transformadora

No que se refere à indústria transformadora, observava-se em 1991, que o conjunto de actividades ‘ responsáveis ’ pela economia industrial local era constituído pelas indústrias ‘ *Têxtil, Vestuário, Couro e Calçado*’, ‘ *Madeira e da Cortiça*’, ‘ *Metalúrgica de base e dos produtos metálicos* ’ e ‘ *Alimentar e bebidas / tabaco* ’, concentrando cerca de 39% da população activa total do secundário e mais de $\frac{2}{3}$ (77,8%) da mão-de-obra activa da indústria transformadora.

Quadro 11.24. População activa empregada por ramo de actividade na Industria Transformadora, no Concelho de Valença (1991).

Sectores de Actividade	2001	%
- Industrias alimentares de bebidas e tabaco	180	14,8
. Preparação/conservação de carne, peixe, frutas, produtos hortícolas e outros	116	64,4
. Preparação cereais, legumes oleaginosas; fabricação amidos e alimentos para animais	1	0,6
. Industria dos lacticínios	1	0,6
. Fabricação de outros produtos alimentares	61	33,9
. Industria das bebidas	1	0,6
- Industria têxtil, vestuário / couro e calçado	156	12,8
. Têxtil	36	23,1
. Confecção Vestuário / Couro e outros art., acessórios / vestuário	29	18,6
. Calçado	91	58,3
- Industria da madeira e da cortiça e suas obras	65	5,3
. Industria da Madeira (e suas obras)	-	-
. Industria da Cortiça	-	-
- Industria pasta de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão	21	1,7
. Industria do Papel	7	33,3
. Artes gráficas e edição livros, brochuras e impressão	14	66,7
- Industrias químicas, dos derivados petróleo, carvão, borracha e plásticos	45	3,7
. Industria Química e produtos sintéticos	4	8,9
. Industria do Petróleo e derivados	0	0,0
. Industria da Borracha e plástico	41	91,1
- Industria de outros produtos minerais não metálicos	84	6,9
. Fabrico de porcelana, faiança, grés, olaria e tijolos, ladrilhos em barro vermelho e cerâmica	28	33,3
. Fabrico de outros produtos minerais não metálicos (betão, cimento ou gesso)	56	66,7
- Industrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	128	10,5
. Industria básicas do ferro e aço	12	9,4
. Industria de transformação de metais não ferrosos e de fabricação de produtos metálicos	116	90,6
- Industria de material de transporte, equipamentos e máquinas	481	39,5
. Fabricação de Máquinas	35	7,3
. Fabricação de equipamento eléctrico/óptica	25	5,2
. Material de transporte	421	87,5
- Outras industrias transformadoras	58	4,8
. Mobiliário e colchões	42	72,4
. Outras industrias diversas (brinquedos, reciclagens, entre outros)	16	27,6
Total Industrias Transformadoras	1218	100

Fonte: INE

De acordo com a informação constante do Quadro 11.24, pode-se aferir quais as actividades dos ramos da industria transformadora que contribuem de forma mais significativa para o seu desenvolvimento. Assim e relativamente à indústria ‘ *Alimentar, das bebidas e do tabaco* ’, surgem as indústrias da preparação / conservação de carne, peixe, frutas, hortícolas e outros (64,4%) e as

indústrias de fabricação de outros produtos alimentares (33,9%), como as actividades predominantes na concentração de ‘ emprego ’ (98,3%) neste ramo.

No ramo fabril transformador das ‘ *Têxtil, Vestuário, Couro e Calçado* ’ surge como mais relevante, a actividade do calçado que reunia 58,3% da população activa, neste subsector da actividade económica. A actividade têxtil posicionava-se imediatamente a seguir, facultando emprego a cerca de 23,1% dos trabalhadores com funções neste ramo de actividade.

Quanto à industria ‘ *Metalúrgica de base e dos produtos metálicos* ’, o apêndice da transformação de ‘ metais não ferrosos e de fabricação de produtos metálicos ’ era o que ocupava uma posição privilegiada, pois era o responsável pelo emprego de aproximadamente 90,6% da população activa neste ramo.

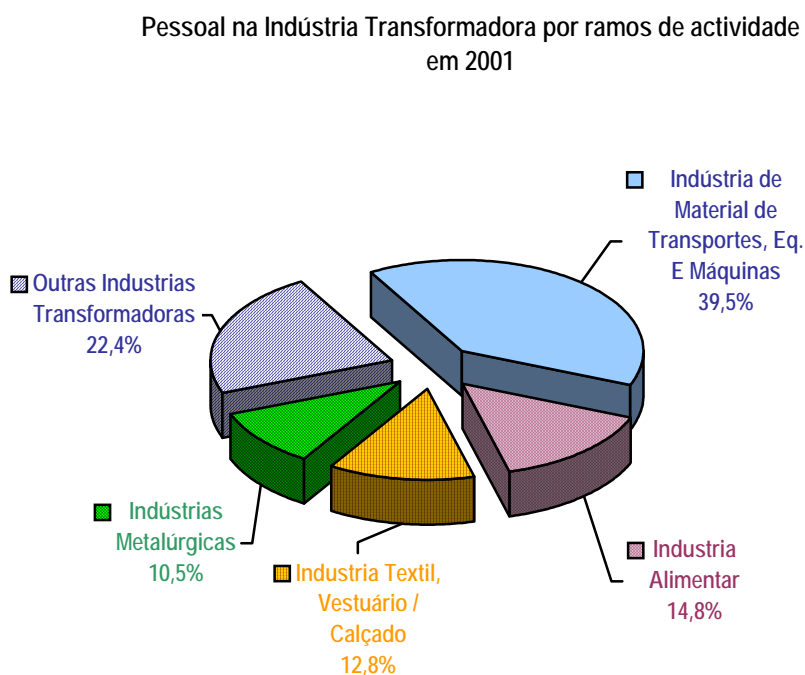


Gráfico 11.13. Pessoal na Indústria Transformadora por Ramos de Actividade, 2001.

O ramo fabril transformador de ‘ Material de transporte, equipamentos e máquinas ’ era aquele que se assumia como maior empregador (481 trabalhadores correspondendo a 39,5% do total de activos do ‘ Secundário ’), surgindo como mais relevante, a actividade relacionado com o material de transporte que reunia 87,5% da população activa, neste subsector da actividade económica.

Dando continuidade à caracterização do tecido empresarial do Concelho de Valença, constata-se que, no que se refere ao ‘ **número de empresas** ’, o peso da indústria transformadora sofreu um aumento no período 2000 - 2006, na ordem dos 0,5 pontos percentuais, acompanhando a tendência

verificada na Sub-região Minho – Lima, sendo que um cenário de decréscimo foi o que se verificou na Região Norte (-1,2%).

Relativamente ao número total de empresas sedeadas no Concelho, de acordo com o Quadro 11.28., o ramo transformador revelava, neste período, uma variação favorável de 10,2%, representando em valor absoluto, cerca de 11 novas empresas do universo empresarial concelhio entre 2000 e 2006. Por outro lado o ramo da ‘ *Indústria Extractiva* ’ e da ‘ *Construção Civil e Obras Públicas* ’ registaram, neste mesmo intervalo de tempo, um decréscimo de 7,7% e 13,3% respectivamente.

Evolução do N.º de Empresas da Indústria Transformadora

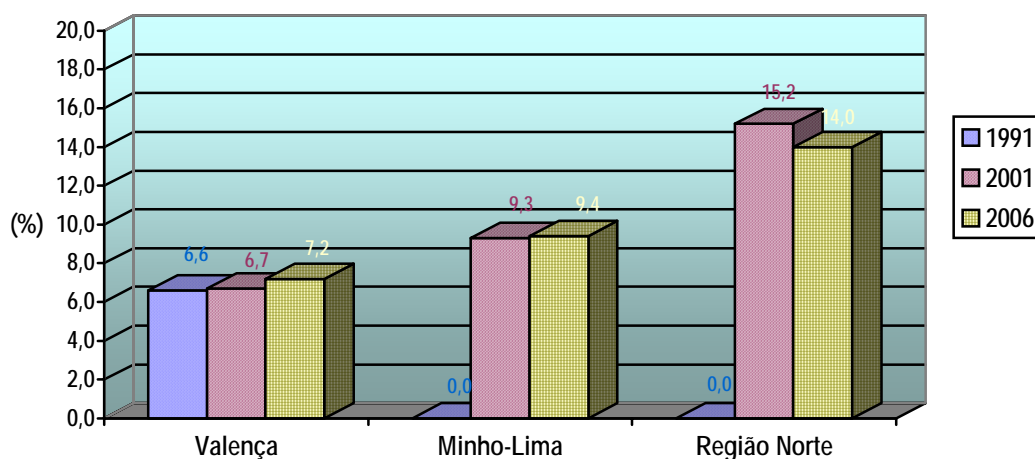


Gráfico 11.14. Evolução do N.º de Empresas da Indústria Transformadora.

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte - 2000 / 2006 e Ficheiro de Empresas 1990

A dinâmica empresarial

A dinâmica empresarial poderá ainda, ser caracterizada pela análise do Quadro 11.29., que transmite que Valença detinha, em 2006, cerca de 10,1% (701) da totalidade das sociedades empresariais com sede na Sub - região do Minho - Lima, posicionando-se imediatamente a seguir a Viana do Castelo e Ponte de Lima a, onde respectivamente, 37,5% e 15,4% das sociedades tinham a sua sede. O Sector Terciário era aquele onde existia o maior número de sociedades constituídas, constatando-se que, as médias concelhias do ‘ Secundário ’ (19,0 %) e do Terciário ’ (79,5 %) se posicionavam cerca de treze pontos percentuais abaixo e cerca de catorze pontos percentuais acima das registadas no Minho - Lima (32,0% no Secundário) e (65,8% no Terciário) .

A percentagem diversificada de sociedades, distribuídas pelos diferentes ramos da actividade económica (CAE - REV 2), tinham no concelho, particular expressão no ' Comércio ' (36,1%), mas o subsector dos ' Transportes, Armazenagem e Comunicações ' (18,5%) e a ' Indústria Transformadora ' (10,3%) evidenciavam valores absolutos significativos.

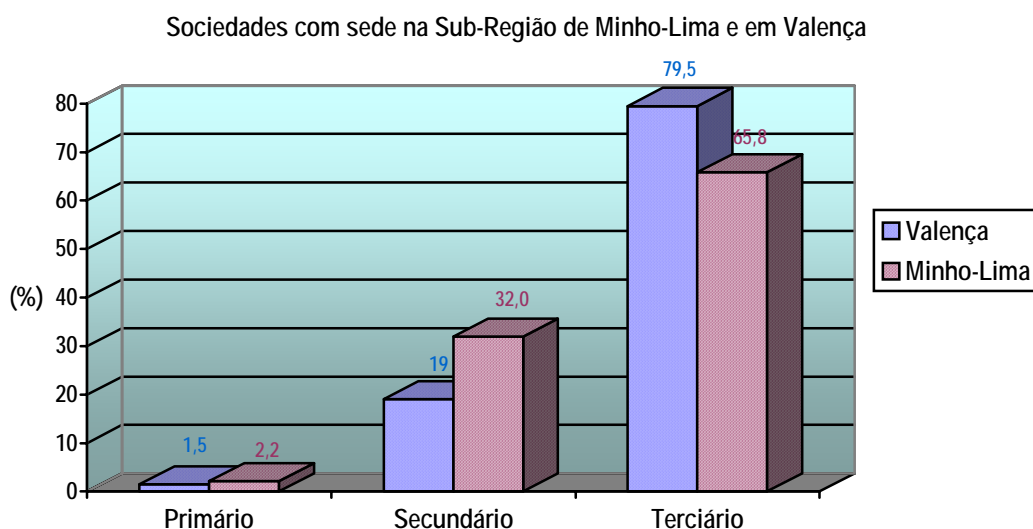


Gráfico 11.15. Sociedades com Sede na Sub - Região de Minho - Lima e em Valença.

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte - 2006

Continuando a explorar os Anuários Estatísticos da Região Norte do INE, acerca dos principais indicadores industriais do concelho, pode complementar-se a caracterização do tecido empresarial. A repartição do ' Volume de Negócios das Sociedades ' e do ' Pessoal ao Serviço nas Sociedades ' por sector de actividade (Quadros 11.30. e 11.31.), vem reforçar as considerações tecidas anteriormente. Assim, em Valença, ao sector ' Secundário ' correspondia, em 2006, 27,8% do 227.096 volume de negócios (equivalente a 63.092 euros), média esta, que é manifestamente inferior à registada no volume de vendas da Sub - região de Minho - Lima (49,0%, num total de 1.432.631 euros). Já no que respeita ao ' Pessoal ao Serviço ', o sector ' Secundário ' mobilizava no concelho, 44,7% do total da massa laboral empregada nas sociedades nele sedeadas, valor médio, também aquém do verificado na mesma data, na Sub - região de Minho - Lima (57,9%).

Ainda a título comparativo com o ' Minho - Lima ', ao concelho correspondia 7,5% do ' Pessoal ao Serviço nas sociedades ' e cerca de 7,8% do volume de negócios gerado em 2006, na Sub - região, o que representa uma proporção superior ao seu peso populacional (5,7% - tendo como base de referência dados das estimativas populacionais para 2006).

Uma análise mais pormenorizada destes indicadores evidencia a forma como os diferentes ramos do 'Secundário' contribuem para a produção e geração de riqueza. Os ramos da Indústria Transformadora e da Construção são aqueles que maior importância detêm no cenário industrial (das sociedades) do concelho, quer ao nível do ' Volume de Negócios ', onde eram os responsáveis por um montante de 60.309 milhares de euros (26,6%), média esta que é inferior à gerada pelas sociedades no mesmo ramo com sede na Sub - região Minho - Lima (46,4 %, equivalente a cerca de 1.358.494 euros), como também ao nível do ' Pessoal ao Serviço ' nestas mesmas sociedades, empregando 1382 trabalhadores (42,7,8%), valor médio este que se posiciona também aquém do verificado no Minho - Lima que assegurava 24453 postos de trabalho correspondentes a cerca de 56,6 pontos percentuais.

Volume de Negócios, segundo a Classificação das Actividades Económicas no Sector Secundário, (CAE) em 2006 (31/12/06)

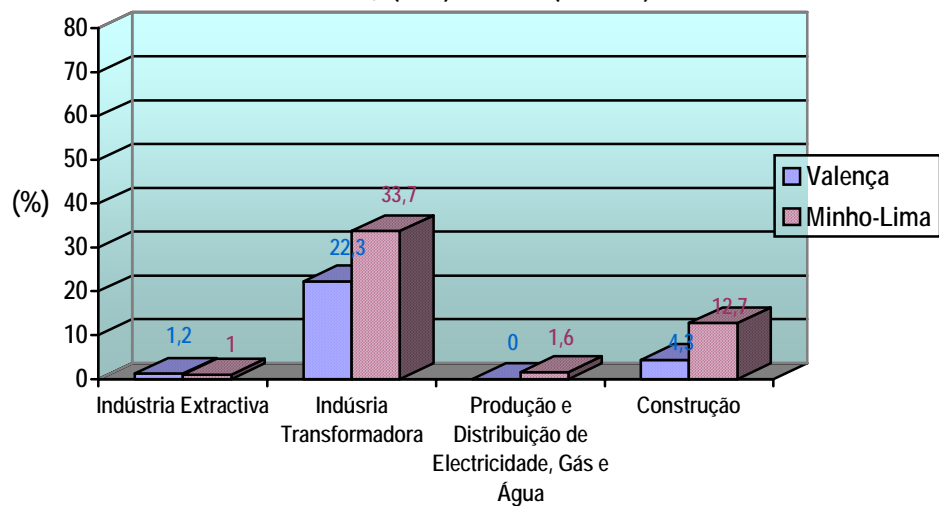


Gráfico 11.16. Volume de Negócios, segundo a Classificação das Actividades Económicas, no Sector Secundário, (CAE) em 2006 (31/12/06).

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte - 2006

Pessoal ao Serviço nas Sociedades, segundo a Classificação das Actividades Económicas no Sector Secundário, (CAE) em 2006 (31/12/06)

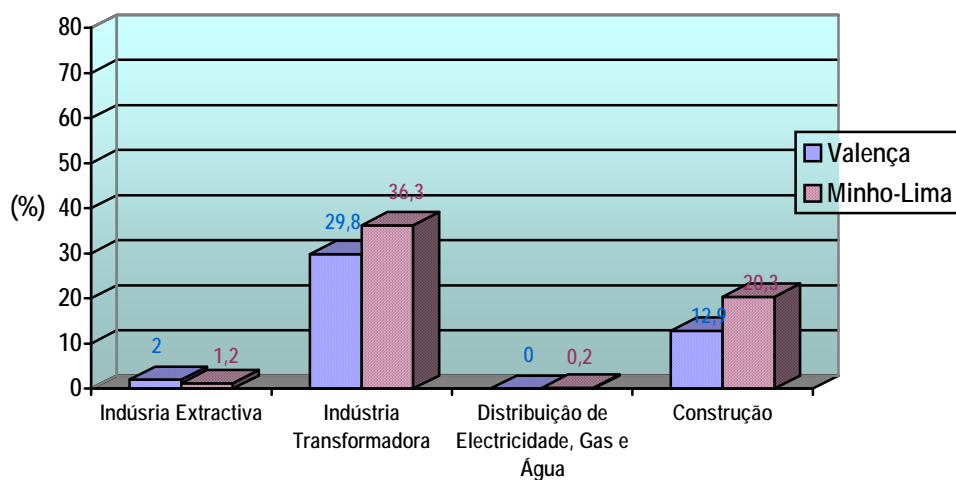


Gráfico 11.17. Pessoal ao Serviço nas Sociedades, segundo a Classificação das Actividades Económicas, no Sector Secundário, (CAE) em 2006 (31/12/06).

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte - 2006

Também no que se refere ao subsector da ' Construção ' se encontra cenário idêntico. O valor médio do ' Volume de Negócios ' ascendia em Valença, neste período, a 4,3% (equivalente a 9.767 euros), enquanto no Minho - Lima atingia os 12,7% (num montante aproximado de 372.383 de euros). Este ramo empregava 12,9% da totalidade do pessoal que desempenhava funções nas sociedades sedeadas no concelho e 20,3% do pessoal ao serviço no Minho - Lima.

Ainda em comparação com o Minho - Lima, o concelho detinha em 2006, apenas 4,8% do pessoal ao serviço em sociedades neste ramo de actividade e cerca de 2,6% do volume total de negócios gerado por este subsector. Viana do Castelo era o concelho com maior influência neste ramo, pois era responsável por 55,6% do ' Volume de Negócios ' efectuado nas sociedades sedeadas em toda a Sub - região, bem como, por 43,1% de todo o ' Pessoal ao Serviço ' na ' Construção ' do Minho - Lima.

O padrão espacial de localização

O padrão espacial de localização dos estabelecimentos industriais no concelho, encontra-se de um modo geral, ligada às condições de acessibilidade ao exterior (IP1, IC1, EN 13, ...), à proximidade dos aglomerados mais urbanos do litoral do concelho (com particular incidência em Valença, S. Pedro da Torre, mas também em Cerdal, Gandra, etc.) com vista à disponibilidade de mão-de-obra, ao papel dos diferentes meios de transporte na acessibilidade aos mercados, ou ainda a razões de ordem física. A não existência, durante longos anos, de uma política de ordenamento territorial direccionada para a implantação de unidades industriais, conduziu a que as empresas se tenham disseminado de modo disperso (essencialmente de pequena dimensão) por todo o concelho, sem as infraestruturas básicas necessárias ao seu funcionamento. Foram assim surgindo ao longo das principais vias de comunicação, tendo muitas destas empresas sido envolvidas pelo crescimento do

tecido urbano que, entretanto, se foi desenvolvendo, o que conjugado com a nova legislação específica (industrial e ambiental) promulgada, colocou ainda mais entraves à sua expansão e legalização, até porque a decisão de alteração da localização envolve investimentos, que nem sempre a situação económica e financeira das empresas permite.

Pese embora, os subsectores ‘ *metalúrgico de base e produtos metálicos* ’ (21,8%) e da ‘ *madeira e da cortiça e suas obras* ’ (com 19,3%), constituam os detentores do maior número de empresas em 2006, a realidade do concelho caracterizava-se, no entanto, por uma tendência de certa ‘ diversidade industrial ’, onde os ramos ‘ *têxtil* ’ (12,6%), ‘ *alimentar, bebidas e tabaco* ’ (11,8%), ‘ *indústrias transformadoras não especificadas* ’ (10,1%) e ‘ *Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos* ’ adquiriam também algum relevo. Considerando-se que, nesta mesma data e segundo o Anuário Regional de Estatística da Região Norte (2006), a percentagens de empresas concelhias no sector da ‘ *construção* ’ e no sector do ‘ *comércio por grosso e a retalho...* ’ se estimavam em cerca de 10,3% e 44,4%, respectivamente, pode-se inferir que a ausência de um certo perfil de especialização, poderá encontrar justificação, quer na falta de tradição industrial local, quer talvez, numa certa interligação entre diferentes ramos de actividade, patente em situações de complementaridade entre o sector transformador e o comercial.

Dinâmica de acolhimento existente

Existem no concelho, duas áreas industriais infraestruturadas: o **Parque Empresarial de Valença (Gandra) - PEV** - (N.º 3 da Figura seguinte) e a **Zona Industrial de S. Pedro da Torre** (N.º 4 da Figura seguinte). A primeira área de localização empresarial resulta de uma parceria estratégica estabelecida entre a Vale do Minho - Associação de Municípios (VM - AM), a AEP - Associação Empresarial de Portugal e a Autarquia, tendo como objectivo a consolidação de uma política de fomento e desenvolvimento industrial. Este processo de partenariado institucional (público / privado) seria consubstanciado na constituição da InterMinho - Sociedade Gestora de Parques Empresariais, SA, visando a dinamização, a promoção e gestão do Parque Empresarial de Valença.

A localização deste Parque, em Valença obedeceu a uma orientação estratégica de concertação intermunicipal (VM - AM / AEP / Associação Desenvolvimento do Alto - Minho), que não dispensa a referência aos restantes projectos de âmbito municipal de oferta de terreno infraestruturado para localização empresarial no Vale do Minho. Isto porque, várias Edilidades do Vale do Minho recorrem a esquemas de incentivo à instalação de estabelecimentos nos seus pólos industriais, que passam, tanto pela disponibilidade de solo infraestruturado a preços simbólicos em função do número de postos de trabalho criados, como pela isenção de taxas de licenciamento de obras para a construção de unidades industriais nessas áreas. Daí que, talvez interesse questionar / equacionar de que forma estes Pólos Industriais municipais melhor poderão contribuir para enraizar as iniciativas empresariais em curso, e, contribuir de modo sustentado para a dinamização e qualificação do emprego.

Um conjunto de factores e de investimentos que vêm sendo operados no domínio das acessibilidades, das infraestruturas e equipamento de apoio ao sector, conjugados com a interpenetração das economias regionais da Euro - região 'Galiza / Região Norte de Portugal', constituem, no entanto, vantagens competitivas de localização empresarial para o PEV, focalizando-o nesta Euro - região, como um importante centro gerador de negócios num potencial mercado em crescimento e modernização.

Localização dos Pólos e Parques Empresariais no Vale do Minho



Figura 11.1. Localização dos Pólos e Parques Empresariais no Vale do Minho.

Fonte: www.InterMinho.pt/valedominho.htm

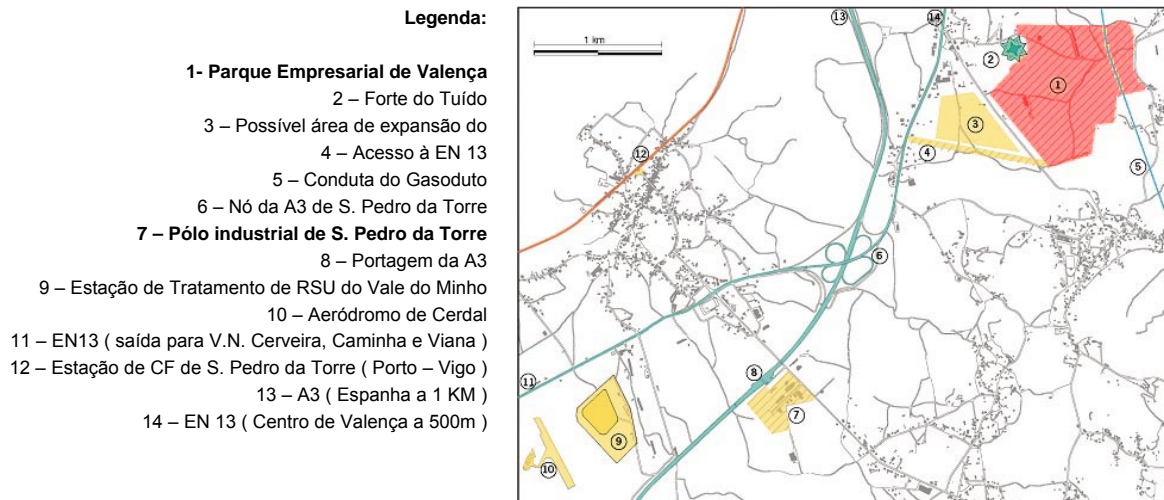


Figura 11.2. Enquadramento dos Pólos e Parques Empresariais em Valença.

Fonte: www.InterMinho.pt/valedominho.htm

No PEV, com 90 hectares, o Parque Empresarial de Valença terá zonas específicas destinadas a instalação de empresas industriais, de serviços administrativos, de armazéns e de oficinas. O Parque terá capacidade para instalar cerca de 20 empresas industriais, entre 6 e 10 armazéns, mais de 20 pequenas oficinas e mais de 20 escritórios de serviços administrativos. Esta apreciável capacidade de recepção de novas unidades industriais encontra-se alicerçada num conjunto de espaços previstos para equipamentos comuns de apoio a empresas e entidades residentes, como a ETAR, o EcoCentro, o Centro de Protecção Civil, o Posto Abastecedor de Combustíveis, a Zona de Restauração, bem como, se encontra enquadrada, por Espaços Verdes de Recreio e Lazer.

Por sua vez, a Zona Industrial de S. Pedro da Torre, foi a primeira e única até ao momento zona industrial do concelho encontrando-se presentemente instaladas 12 empresas. Este polígono empresarial, de pequena dimensão, encontra-se praticamente completamente ocupado, tendo apenas capacidade para mais 1 / 2 empresas. É servido em termos de acessos pela EN 201 e beneficia da proximidade do Nó da A 3 (Figura 11.2.), e de uma grande visibilidade a partir do IP, o que lhe confere uma vantagem competitiva acrescida, caracterizando-o como um local estratégico e atractivo para a instalação de empresas.

Com características que se pretendem diversas do Parque Empresarial de Valença (Gandra) esta Zona Industrial de S. Pedro da Torre poderá constituir-se como um importante complemento, na medida em que poderá estar, pela sua localização, mais receptiva às empresas de logística que tem mostrado significativa apetência de localização em Valença.

Está-se assim, perante uma política de acolhimento industrial desencadeada pela Autarquia, em parceria, que começa a dar resultados positivos, no que se refere à atracção de iniciativas empresariais e à dinamização do emprego.

B.3. Sector Terciário

O conhecimento da estrutura terciária implantada no território municipal é imprescindível para a caracterização equilibrada do modelo de desenvolvimento que se tem afirmado no Concelho de Valença. O 'Terciário' assume-se, cada vez mais, fundamental para o crescimento económico, pois constitui um sector marcante no desenvolvimento das sociedades actuais, por força dos efeitos multiplicadores que induz resultantes das complementaridades com outras actividades.

Uma cuidada avaliação do perfil dos serviços (quer mercantis, quer produtivos), sua evolução e grau de adequação às realidades locais é essencial no conhecimento das dinâmicas e seus agentes. Importa neste contexto, caracterizar a actividade terciária municipal, e identificar as funções que assumem maior protagonismo na qualificação de Valença, enquanto centro urbano prestador de serviços à colectividade, às actividades económicas e na valorização do seu potencial endógeno.

O sector Terciário, conforme já foi constatado anteriormente, tem vindo progressivamente a assumir a posição mais importante no concelho, sendo o seu peso (58,3%), no total das actividades económicas, superior aquele que ' Primário ' e ' Secundário ' (41,7%) conjuntamente detêm, como principais empregadores do concelho.

Quadro 11.25. População activa por ramos de actividade no Sector Terciário, no Concelho de Valença (1991/2001).

Ramos de Actividade	1991	%	2001	%	Varição 91/01 (%)
Comércio / Alojamento e Restauração	1456	51,9	1692	50,7	16,2
Comércio por Grosso	93	6,4	128	7,6	37,6
Comércio a Retalho	995	68,3	1126	66,5	13,2
Alojamento e Restauração	368	25,3	438	25,9	19,0
Transportes e Comunicações	215	7,7	169	5,1	-21,4
Transportes	164	76,3	109	64,5	-33,5
Comunicações e Armazenamento	51	23,7	60	35,5	17,6
Actividades Financeiras, Imobiliárias e Serviços Prestados às Empresas	143	5,1	253	7,6	76,9
Administração Pública, Defesa e Segurança Social	398	14,2	534	16,0	34,2
Administração Pública e Defesa Nacional	194	48,7	333	62,4	71,6
Serviços Colectivos e Segurança Social	204	51,3	201	37,6	-1,5
Ensino, Saúde e Serviços Sociais	278	9,9	428	12,8	54,0
Outras Activ. de Serviços Colectivos Sociais, Recreativos e Pessoais	85	3	119	3,6	40,0
Famílias c/ empregados domésticos	228	8,1	140	4,2	-38,6
Organismos internac., outras instituições extraterritoriais e Actividades Mal Definidas	-	-	-	-	-
Total	2803	50,4	3335	100,0	19,0

Fonte: INE

Da interpretação do Quadro 11.25., é possível constatar que em 2001, os ramos de actividade mais representativos do sector, se aglutinavam nos serviços mais vulgarmente conhecidos como ' Tradicionais ' ligados à componente do ' Comércio / Alojamento e Restauração ' (50,7%), com particular destaque para o subsector do ' Comércio a retalho ', que contribui com mais de dois terços (66,5%) dos activos, e também, à área da ' Administração Pública ' (16,0%). Estas duas grandes áreas da actividade económica, conjuntamente com a da ' Ensino, Saúde e Serviços Sociais ', que demonstra com os seus 12,8% de emprego, a comparticipação do Estado como entidade prestadora de serviços, constituem, de facto, as principais protagonistas da dinâmica verificada no último período intercensitário (1991 / 2001), concentrando cerca de $\frac{3}{4}$ do total de activos do ' Terciário '.

O facto de 79,5% do emprego do sector se concentrar em apenas três ramos de actividade, poderá reflectir a pouca diversificação da oferta dos serviços existentes.

Ainda da observação do Quadro 11.25., consegue-se extrapolar, um pouco mais pormenorizadamente, as principais dinâmicas ocorridas no período intercensitário em causa:

- Assiste-se a um crescimento assinalável dos activos dos ' *Serviços* ' no concelho, destacando-se como subsectores principais nesta evolução, o ' *comércio por Grosso* ' (37,6%), e a ' *administração pública e defesa nacional* ' (71,6%);
- É de realçar também, a evolução que registaram os serviços de componente mais dinâmica, pela sua complementaridade com a promoção e fomento industrial e, com o investimento, como são os casos dos sectores das ' *Actividades Financeiras e Serviços prestados às Empresas* ' (+ 76,9%) e do ' *Ensino, Saúde e Serviços Sociais* ' (+ 54,0);
- Os serviços dos ' *transportes e comunicações* ', actividades cruciais no ordenamento do território e no desenvolvimento a diversas escalas territoriais, apresentam um decréscimo relevante da ordem dos 21,4 pontos percentuais. Pensa-se no entanto, que o valor pouco significativo constatado se deve, no período em análise, essencialmente à diminuição de activos na rubrica dos ' *transportes* ', uma vez que a área das ' *comunicações e armazenamento* ' reforçou o número de activos de 1991 para 2001, em 11, traduzindo-se numa variação positiva de cerca de 17,6%;
- Regista-se um decréscimo de aproximadamente de (-1,5%) (correspondente a 3 activos a menos) na rubrica dos ' *serviços colectivos e segurança social* ', que contudo é esbatido, pelo crescimento em flecha dos activos da ' *administração pública e defesa nacional* ' (71,6%), possibilitando que o ramo de actividade a que pertencem revelasse um aumento do emprego em cerca de 34,2% correspondente a 136 activos;

Constituindo o ' *Terciário* ', um factor de desenvolvimento económico e social, pelos fortes efeitos multiplicadores que poderá gerar, fruto da inter - relações verticais e horizontais entre as diversas actividades económicas, torna-se pertinente, um melhor conhecimento do seu perfil e evolução, procurando-se detectar também, as funções que têm vindo a assumir maior importância, nos serviços prestados ao tecido empresarial e às populações.

População activa por ramos de actividade no Sector Terciário em 1991

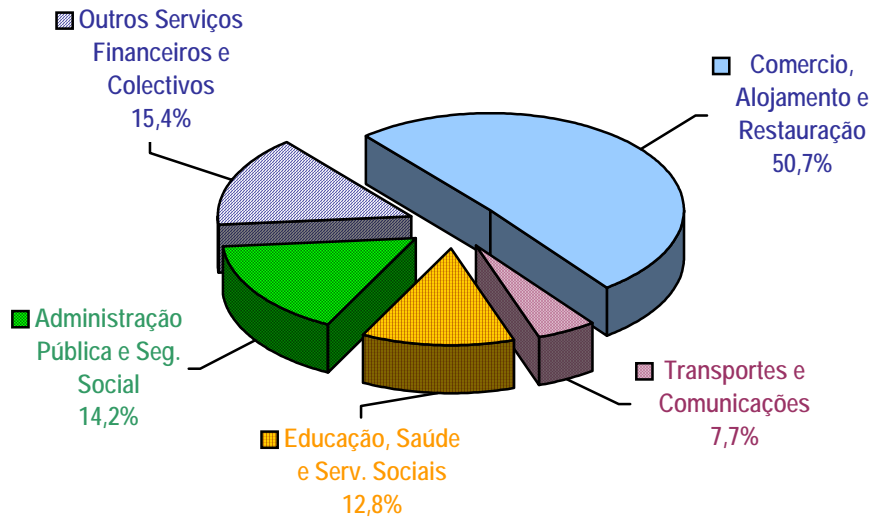


Gráfico 11.18. População Activa por Ramos de Actividade no Sector Terciário, 2001.

Fonte: INE

Procurando-se assim, caracterizar quantitativamente e de forma breve, o tecido empresarial 'Terciário' do concelho (Quadro 11.28.), observa-se relativamente ao 'número de empresas', que o peso dos serviços em geral, relativamente à totalidade das empresas, tem revelado uma tendência sempre crescente, o que é atestado no facto de ter registado, no período 2000 - 2006, um incremento de 11,5%. Valença revelava em 2006, a média de empresas mais alta neste Sector (78,7%), contra os 62,1% do Minho - Lima e os 67,1% da Região Norte.

Dos diversos ramos da actividade económica (CAE) que compõem o 'Terciário', apenas o subsector do 'comércio por grosso e a retalho; rep. Veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico' e as 'actividades financeiras', registaram um decréscimo (de 6,7 e 16,7% respectivamente), revelando todos os outros, uma evolução favorável, da qual são de salientar o ramo dos 'transportes, armazenagem e comunicações' (160,4%) e o ramo das 'actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas' (66,2%). Os restantes subsectores (desde Alojamento e Restauração, passando por os restantes Outros Serviços) registaram também, acréscimo relevante.

Apesar do decréscimo verificado entre 2000 e 2006 o 'comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico' era, em 2006, o ramo mais representativo da estrutura terciária do concelho, apresentando o maior número de empresas em valor absoluto (733), perfazendo 44,4% do total de firmas do concelho.

Evolução do N.º de Empresas do Sector Terciário

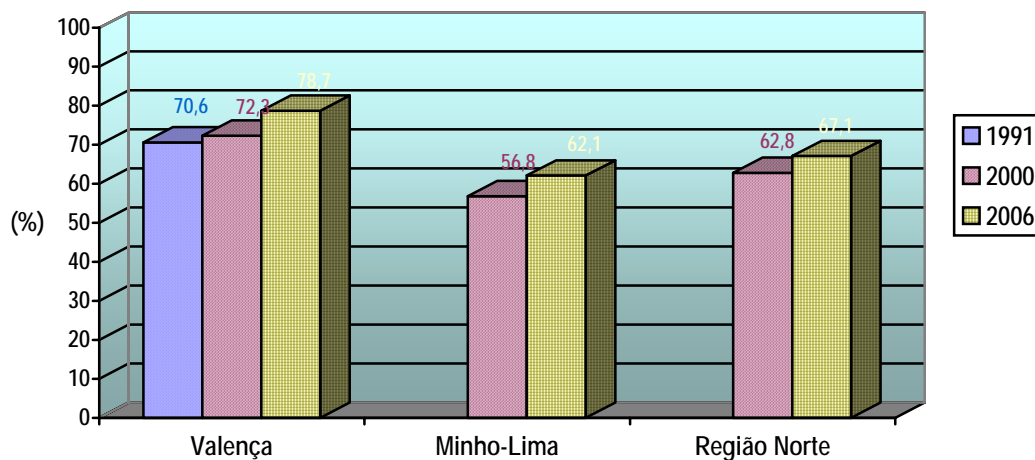


Gráfico 11.19. Evolução do N.º de Empresas do Sector Terciário.

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte - 2000 / 2006 e Ficheiro de Empresas 1990. Não se dispõe de dados referentes a 1991 para a Sub - região Minho - Lima e Região Norte

Volume de Vendas, segundo a Classificação das Actividades Económicas no Sector Terciário, (CAE-REV.2)

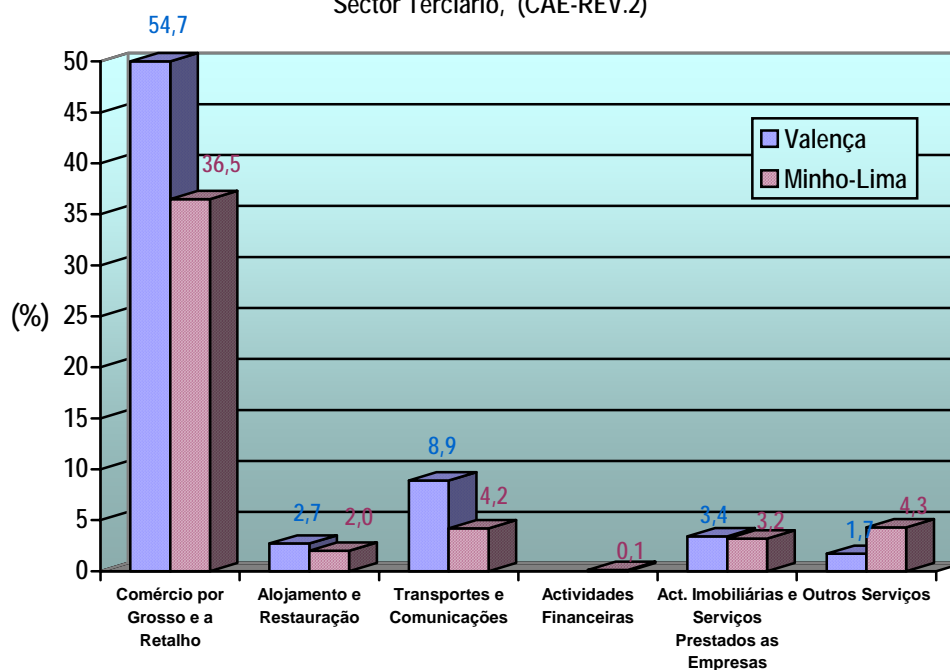


Gráfico 11.20. Volume de Vendas, segundo a Classificação das Actividades Económicas no Sector Terciário, (CAE).

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte - 2006

Da análise do Quadro 11.29. (2006), reafirma-se o protagonismo municipal do ' comércio por grosso e a retalho ' no qual se localizavam 36,1% (253) do total das sociedades empresariais com sede no concelho, média superior à registada em sociedades sedeadas em toda a Sub - região de Minho - Lima (28,9%).

No que respeita ao ' volume de negócios ' das sociedades em actividade por sector de actividade (Quadro 11.30.), constata-se que no concelho, o Sector Terciário, assume nesta data uma importância considerável, com os seus 71,4% (relativos a cerca de cento e sessenta e dois mil e cento e quarenta e sete euros)percentagem esta superior à média registada na Sub - região do Minho - Lima (36,5%).

Retomando com maior detalhe, a análise do ' volume de negócios das sociedades empresariais ', do concelho, conclui-se que este indicador no ' Terciário ' é essencialmente dependente do subsector do ' comércio por grosso e a retalho, alugueres, ... ', responsável por um volume de negócios de 124.210 euros (54,7%), que conjuntamente com as actividades dos ' transportes, armazenagem e comunicações ' (8,9%) e de ' actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas ' (3,4%), constituem a principal fonte geradora de riqueza e rendimento em Valença.

Paralelamente, a evolução da taxa de crescimento do pessoal empregado em sociedades terciárias registada no concelho no período 2000 -2006, (11,5%, equivalente a 134 activos), também traduz a crescente vitalidade da economia local.

As dinâmicas evolutivas recentes deixam assim, antever, tanto no concelho como na Sub - região, um incremento do volume de negócios e provavelmente de um nível mais acentuado de pessoal nas empresas (emprego), particularmente neste Sector.

- CARDOSO, Abílio – ‘Os Novos Desafios e Funções dos Municípios na Promoção do Desenvolvimento’. Lisboa
- DGOTDU, Direcção Geral do Ordenamento do Território (1999) – ‘Relatório do Estado do Ordenamento do Território (Sistema Urbano)’, MAOT - Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território. Lisboa
- GRANJA, António e Outro (1991) – ‘Os Municípios e a Promoção da Actividade Industrial: uma análise de zonas industriais’, DAO – Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro. Aveiro
- INE, Instituto Nacional de Estatística – Ficheiro de Empresas 1990;
- INE, Instituto Nacional de Estatística – ‘Anuário Estatístico 1997’, ‘Anuário Estatístico 1999’ e ‘Anuário Estatístico 2000’, da Região Norte, Instituto Nacional de Estatística. Lisboa
- INE, Instituto Nacional de Estatística (1993) – ‘Censos 91’, Resultados Definitivos –1991, Região Norte, Instituto Nacional de Estatística. Lisboa
- INE, Instituto Nacional de Estatística (2001) – ‘Censos 2001’, Resultados Preliminares, Região Norte, Instituto Nacional de Estatística. Lisboa
- INE, Instituto Nacional de Estatística (1984) – ‘XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação’, Resultados Definitivos –1981, Distrito de Viana do Castelo, Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa
- INE, Instituto Nacional de Estatística (2001) – ‘Recenseamento Geral da Agricultura do entre Douro e Minho - 1999’, Principais Resultados –1999, Instituto Nacional de Estatística. Lisboa
- LOPES, Raul Gonçalves (1990) – Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento Local, Escher. Lisboa
- RODRIGUES, Manuel F. e MENDES, José M. A, (1999) – ‘História da Indústria Portuguesa: Da Idade Média aos nossos dias’, AIP – Associação Industrial Portuense. Europa - América. Mem Martins.

Quadro 11.26. Número de Empresas da Indústria Transformadora no concelho de Valença, segundo o CAE - 2000/2006.

Classificação das Actividades Económicas, segundo o CAE-Rev.2 – 31.12.2000															
Unidade Geográfica	DA	DB	DC	DD	DE	DF+DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN	Total	
Região Norte	N.º	3696	16603	4150	5831	1666	388	509	1752	6639	1352	817	260	8048	52011
	%	7,1	31,9	8	11,2	3,2	0,8	1	3,4	12,8	2,6	1,6	0,5	15,5	100,0
Minho - Lima	N.º	272	551	11	532	73	20	18	123	331	25	23	14	132	2125
	%	12,8	25,9	0,5	25	3,4	0,9	0,9	5,8	15,6	1,2	1,1	0,7	6,2	100,0
Concelho Valença	N.º	14	19	1	20	3	1	3	9	25	1	1	...	11	108
	%	13	17,6	0,9	18,5	2,8	0,9	2,8	8,3	23,1	0,9	0,9	...	10,2	100,0
Classificação das Actividades Económicas, segundo o CAE-Rev.2.1 – 31.12.2006															
Região Norte	N.º	3817	16050	3531	5259	2053	413	544	1859	6776	1534	986	301	7331	50454
	%	7,6	31,8	7	10,4	4,1	0,8	1,1	3,7	13,4	3	2	0,6	14,5	100,0
Minho - Lima	N.º	242	528	17	475	106	20	24	140	402	36	38	36	146	2210
	%	11	23,9	0,8	21,5	4,8	0,9	1,1	6,3	18,2	1,6	1,7	1,6	6,6	100,0
Concelho Valença	N.º	14	15	2	23	3	1	3	11	26	1	2	6	12	119
	%	11,8	12,6	1,7	19,3	2,5	0,8	2,5	9,2	21,8	0,8	1,7	5	10,1	100,0

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2000 / 2006.

CAE	Descrição	CAE	Descrição
DA	Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	DH	Fabricação de Artigos de Borracha e de Plásticos
DB	Indústria Têxtil	DI	Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos
DC	Indústria do Couro e Produtos de Couro	DJ	Indústrias metalúrgicas de Base e Produtos. Metálicos
DD	Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas obras	DK	Fabricação de Maquinas e Equipamentos N.E.
DE	Indústrias da Pasta de Papel e Cartão e seus artigos; Edição	DL	Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica
DF	Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados	DM	Fabricação de Material de transporte
DG	Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas	DN	Indústrias Transformadoras, N. E.

Quadro 11.27. Número de Empresas de Serviços ('Terciário') no concelho de Valença, segundo o CAE - 2000 /2006.

Unidade Geográfica		Classificação das Actividades Económicas, segundo o CAE-Rev.2 – 31.12.2000						
		G	H	I	J	K	L a Q	Total
Região	N.º	124619	28723	7399	11548	27231	14956	214476
Norte	%	36,5	8,4	2,2	3,4	8	4,4	100
Minho	N.º	7517	2246	524	673	1096	873	12929
Lima	%	33,1	9,9	2,3	3	4,8	3,8	100
Concelho	N.º	786	158	53	30	68	71	1166
Valença	%	48,8	9,8	3,3	1,9	4,2	4,4	100

		Classificação das Actividades Económicas, segundo o CAE-Ver.2.1 – 31.12.2006						
		G	H	I	J	K	M a O	Total
Região	N.º	124440	36862	8919	9079	37603	24590	241493
Norte	%	34,6	10,2	2,5	2,5	10,5	6,8	100
Minho	N.º	7570	2797	810	411	1722	1362	14672
Lima	%	32,1	11,8	3,4	1,7	7,3	5,8	100
Concelho	N.º	733	208	138	25	113	83	1300
Valença	%	44,4	12,6	8,4	1,5	6,8	5	100

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2000 / 2006.

CAE	Descrição	CAE	Descrição
G	Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. Veículos Automóveis, Motociclos e Bens de Uso Pessoal e Doméstico	N	Saúde e Acção Social
H	Alojamento e Restauração	O	Outras Actividades e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
I	Transportes, Armazenagem e Comunicações	P	Famílias com Empregados Domésticos
J	Actividades Financeiras	Q	Organismos Internacionais e outras Instituições Extra - Territoriais
K	Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas		
L	Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória		
M	Educação		

Quadro 11.28. Empresas do Concelho, segundo a Classificação das Actividades Económicas (CAE), em 2000 e 2006.

Actividades do CAE – REV.2	2000	%	2006	%	Crescimento (%)
A + B	96	6,0	50	3,0	-47,9
C	13	8,0	12	0,7	-7,7
D	108	6,7	119	7,2	10,2
E	-	-	1	0,7	-
F	196	12,2	170	10,3	-13,3
G	786	48,8	733	44,4	-6,7
H	158	9,8	208	6,5	31,6
I	53	3,3	138	8,4	160,4
J	30	1,9	25	1,5	-16,7
K	68	4,2	113	6,8	66,2
L + M + N + O + P + Q	71	4,4	83	5,0	16,9
Total	1612	100	1652	100	2,5

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2000 / 2006.

CAE	Descrição	CAE	Descrição
A	Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	J	Actividades Financeiras
B	Pesca	K	Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
C	Indústrias Extractivas	L	Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória
D	Indústrias Transformadoras	M	Educação
E	Produção e distribuição de Electricidade, Gás e Água	N	Saúde e Acção Social
F	Construção	O	Outras Actividades e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
G	Comércio por Grosso e a Retalho; Rep. Veículos Automóveis, Motociclos e Bens de Uso Pessoal e Doméstico	P	Famílias com Empregados Domésticos
H	Alojamento e Restauração	Q	Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais
I	Transportes, Armazenagem e Comunicações		

Quadro 11.29. Sociedades com sede na Sub - região de Minho - Lima, segundo a Classificação das Actividades Económicas (CAE - REV2.1), em 31.12.2006.

Unidade Geográfica	Actividades do CAE – VER.2												
	TOTAL	A + B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M a O	
	N.º	6946	153	66	946	17	1192	2010	624	621	31	813	473
Minho - Lima	%	100.0	2,2	1,0	13,6	0,2	17,2	28,9	9,0	8,9	0,4	11,7	6,8
Arcos de Valdevez	N.º	432	8	1	53	1	86	109	49	37	2	50	36
	%	100.0	1,9	0,2	12,3	0,2	19,9	25,2	11,3	8,6	0,5	11,6	8,3
Caminha	N.º	556	9	2	52	3	92	174	76	22	0	77	49
	%	100.0	1,6	0,4	9,4	0,5	16,5	31,3	13,7	4,0	0,0	13,8	8,8
Melgaço	N.º	144	4	0	22	0	31	37	10	12	0	15	13
	%	100.0	2,8	0,0	15,3	0,0	21,5	25,7	6,9	8,3	0,0	10,4	9,0
Monção	N.º	540	10	18	78	3	83	171	39	47	4	45	42
	%	100.0	1,9	3,3	14,4	0,6	15,4	31,7	7,2	8,7	0,7	8,3	7,8
Paredes de Coura	N.º	163	8	0	25	0	19	48	18	13	0	21	11
	%	100.0	4,9	0,0	15,3	0,0	11,7	29,4	11,0	8,0	0,0	12,9	6,7
Ponte da Barca	N.º	253	4	3	25	0	55	69	34	22	2	21	18
	%	100.0	1,6	1,2	9,9	0,0	21,7	27,3	13,4	8,7	0,8	8,3	7,1
Ponte de Lima	N.º	1073	43	12	133	1	262	301	87	65	5	103	61
	%	100.0	4,0	1,1	12,4	0,1	24,4	28,1	8,1	6,1	0,5	9,6	5,7
Valença	N.º	701	11	10	72	1	50	253	65	130	4	77	28
	%	100.0	1,6	1,4	10,3	0,1	7,1	36,1	9,3	18,5	0,6	11,0	4,0
Viana do Castelo	N.º	2608	46	17	429	7	472	752	204	118	14	352	197
	%	100.0	1,8	0,7	16,4	0,3	18,1	28,8	7,8	4,5	0,5	13,5	7,6
Vila Nova de Cerveira	N.º	476	10	3	57	1	42	96	42	155	0	52	18
	%	100.0	2,1	0,6	12,0	0,2	8,8	20,2	8,8	32,6	0,0	10,9	3,8

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte, 2006.

Quadro 11.30. Volume de Negócios das sociedades por município da sede, segundo a Classificação das Actividades Económicas (CAE – VER.2.1), em 2006 (reportado a 31/12/05). Em milhares de euros.

Unidade Geográfica	Actividades do CAE – VER.2												
	TOTAL	A + B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	M a O	
	N.º	2924767	23311	28347	986111	45790	372383	1067984	57430	122320	2453	94105	124533
Minho - Lima	%	100.0	0,8	1,0	33,7	1,6	12,7	36,5	2,0	4,2	0,1	3,2	4,3
Arcos de Valdevez	N.º	109883	275	-	27481	-	17319	45797	4082	5675	-	3161	2901
	%	100.0	0,3	-	25,0	-	15,8	41,7	3,7	5,2	-	2,9	2,6
Caminha	N.º	141663	874	-	18748	-	19232	85895	6862	1015	0	6159	2481
	%	100.0	0,6	-	13,2	-	13,6	60,6	4,8	0,7	0,0	4,3	1,8
Melgaço	N.º	30669	643	0	6018	-	6380	12085	1355	761	0	2680	748
	%	100.0	2,1	0,0	19,6	-	20,8	39,4	4,4	2,5	0,0	8,7	2,4
Monção	N.º	148184	2537	6211	34362	65	20545	69424	2503	5485	123	2433	4496
	%	100.0	1,7	4,2	23,2	0,0	13,9	46,8	1,7	3,7	0,1	1,6	3,0
Paredes de Coura	N.º	48494	1080	0	14328	-	2798	15357	1481	10188	0	1177	2086
	%	100.0	2,2	0,0	29,5	-	5,8	31,7	3,1	21,0	0,0	2,4	4,3
Ponte da Barca	N.º	68016	953	-	8411	-	22522	27679	3184	1845	-	1130	752
	%	100.0	1,4	-	12,4	-	33,1	40,7	4,7	2,7	-	1,7	1,1
Ponte de Lima	N.º	414615	4357	3459	116625	-	58946	183130	6756	9306	-	23030	7878
	%	100.0	1,1	0,8	28,1	-	14,2	44,2	1,6	2,2	-	5,6	1,9
Valença	N.º	227096	1654	2783	50542	-	9767	124210	6112	20239	-	7714	3872
	%	100.0	0,7	1,2	22,3	-	4,3	54,7	2,7	8,9	-	3,4	1,7
Viana do Castelo	N.º	1393776	8775	10864	478858	41459	207226	437444	20646	45547	1105	43682	98170
	%	100.0	0,6	0,8	34,4	3,0	14,9	31,4	1,5	3,3	0,1	3,1	7,0
Vila Nova de Cerveira	N.º	342371	2162	-	230738	-	7649	66964	4450	22260	0	2937	1148
	%	100.0	0,6	-	67,4	-	2,2	19,6	1,3	6,5	0,0	0,9	0,3

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte, 2006.

Quadro 11.31. Pessoal ao Serviço nas Sociedades com sede na Sub - região de Minho - Lima, segundo a Classificação das Actividades Económicas (CAE - VER.2.1), em 2006 (reportado a 31/12/05).

Unidade Geográfica	Actividades do CAE – VER.2												
	Total	A + B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q	
Minho	N.º	43215	519	514	15695	67	8758	8260	2021	1818	135	1998	3430
Lima	%	100	1,2	1,2	36,3	0,2	20,3	19,1	4,7	4,2	0,3	4,6	7,9
Arcos de Valdevez	N.º	2125	8	-	713	-	499	398	131	114	-	95	156
	%	100	0,4	-	33,6	-	23,5	18,7	6,2	5,4	-	4,5	7,3
Caminha	N.º	2684	23	-	609	-	431	702	248	45	0	241	384
	%	100	0,9	-	22,7	-	16,1	26,2	9,2	1,7	0,0	9,0	14,3
Melgaço	N.º	558	13	0	136	0	103	129	39	22	0	73	43
	%	100	2,3	0,0	24,4	0,0	18,5	23,1	7,0	3,9	0,0	13,1	7,7
Monção	N.º	2406	44	111	794	4	449	603	90	100	7	89	115
	%	100	1,8	4,6	33,0	0,2	18,7	25,1	3,7	4,2	0,3	3,7	4,8
Paredes de Coura	N.º	868	30	0	386	0	76	136	56	137	0	27	20
	%	100	3,5	0,0	44,5	0,0	8,8	15,7	6,5	15,8	0,0	3,1	2,3
Ponte da Barca	N.º	1245	14	-	264	0	464	248	103	39	-	41	34
	%	100	1,1	-	21,2	0,0	37,3	19,9	8,3	3,1	-	3,3	2,7
Ponte de Lima	N.º	6594	108	137	1775	-	2355	1389	227	166	-	210	196
	%	100	1,6	2,1	26,9	-	35,7	21,1	3,4	2,5	-	3,2	3,0
Valença	N.º	3238	43	65	965	-	417	923	241	318	-	170	90
	%	100	1,3	2,0	29,8	-	12,9	28,5	7,4	9,8	-	5,3	2,8
Viana do Castelo	N.º	20143	212	114	7889	45	3776	3380	765	616	94	936	2316
	%	100	1,1	0,6	39,2	0,2	18,7	16,8	3,8	3,1	0,5	4,6	11,5
Vila Nova de Cerveira	N.º	3354	24	-	2164	-	188	352	121	261	0	116	76
	%	100	0,7	-	64,5	-	5,6	10,5	3,6	7,8	0,0	3,5	2,3

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte, 2006.